



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA**

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO

**IMPACTOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE A
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1970 – 2006)**

**SALVADOR
2008**

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO

**IMPACTOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE A
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1970 – 2006)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Economia da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial para obtenção do grau de
mestre em economia.

Área de concentração: Economia do trabalho e da
empresa.

Orientadora: Prof. Dr. Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR
2008**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Castro Neto, Armando Affonso de
C355 Impactos do crescimento econômico sobre a distribuição de renda
no Brasil (1970-2006)/. Armando Affonso de Castro Neto __
Salvador, 2008.
89 f.: il.: graf.; tab.
Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da
Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Distribuição de renda – Brasil 2. Desenvolvimento econômico
I.Castro Neto, Armando Affonso de II.Título

CDD – 339.2



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Ciências Econômicas
Curso de Mestrado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO

**IMPACTOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL (1970-2006)**

**Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia pela seguinte Banca Examinadora:**

Prof.ª Gilca Garcia de Oliveira (Orientadora)
Coordenadora do Curso de Mestrado em Economia
da Faculdade de Ciências Econômicas
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Henrique Tomé da Costa Mata
Professor do Curso de Mestrado em Economia
da Faculdade de Ciências Econômicas
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof.ª Maria Cristina Cacciamali
Professora do Instituto de Pesquisas Econômicas
IPE/USP

Salvador, 15 de setembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

À minha família.

Ao economista da SEI, Leormínio Moreira Bispo Filho, pelas instruções no tratamento de microdados no programa SPSS. Assim como a Estevão Machado, por instruções referentes ao SPSS e ao DAD 4.4.

Ao IBGE, em especial ao departamento de Disseminação de Informações, pelo esforço em disponibilizar os microdados da pesquisa PNAD.

À CAPES pelo financiamento de meus estudos por dois anos.

Aos meus colegas de curso, pela amizade, Urandi Paiva, Thiago Góes e Isaac Coimbra.

E, em especial, à professora Gilca Garcia pelo empenho no processo de orientação, que muito contribuiu para o resultado final deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa como as transformações estruturais trazidas pelo crescimento econômico impactam a distribuição de renda no Brasil. Considerando uma economia dualista, com um setor urbano, mais dinâmico, com maior renda e desigualdade, e um setor rural, mais atrasado, com menor renda e mais equânime, segue-se o modelo de análise de Langoni (1973). Neste modelo, busca-se investigar como mudanças na População Economicamente Ativa dos dois setores, referentes à participação do trabalho; à renda relativa e à distribuição interna de renda, decorrentes do crescimento econômico, vêm a impactar na distribuição pessoal de renda. Este estudo é realizado para o período de 1970 a 2006. Os resultados desta análise apontam que o ritmo de ampliação da desigualdade decai com o esfriamento do processo de industrialização e que a recente queda na desigualdade é decorrente, em parte, do próprio processo de desenvolvimento econômico. O modelo econométrico adotado corrobora a importância da urbanização sobre a distribuição de renda, e aponta que variáveis passíveis de controle por política econômica também influenciam significativamente a distribuição pessoal de renda.

Palavras-Chave: Distribuição de renda. Desenvolvimento econômico. Índice de Gini. Modelo log-log.

ABSTRACT

This work analyses how the structural changes brought about by economic growth impact the distribution of income in Brazil. Whereas a dual economy, with an urban sector, more dynamic, and with higher income and inequality, and a rural sector, later, with less income and more equality, it follows the model of analyze of Langoni (1973). This model seeks to investigate how changes in the economically active population of the two sectors, these changes relating to the participation of the work of each sector, the relative income and the internal distribution of income, stemming from economic growth, impacts on the income personal distribution. This study is conducted for the period from 1970 to 2006. The results of this analysis suggest that the pace of the expansion of inequality decays with the cooling of the process of industrialization and that the recent fall in inequality is due in part to the very process of economic development. The econometric model adopted confirms the importance of urbanization on the distribution of income, and indicates that variables likely of control by economic policy also can significantly influence the distribution of personal income.

Key-words: Income distribution. Economic development. Gini index. Log-log model.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Índice de Gini para Diferentes Décadas (1960 – 2005)	47
Gráfico 2. Evolução do PIB per capita entre 1960 e 2000 (R\$ de 2008)	50
Gráfico 3. Valores Adicionados dos Setores no PIB (1950 – 2005)	51
Gráfico 4. Distribuição da População no Brasil	53
Gráfico 5. Evolução da População Ocupada – Base – 1990 = 100	68
Gráfico 6. Trajetória do Coeficiente de Gini na Década de 90	68
Gráfico 7. Trajetória do Índice de Gini (1976 a 2006)	72
Gráfico 8. Posição na Ocupação no Trabalho Principal (2001 e 2006)	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição da renda para diferentes graus de concentração entre os setores, diferentes renda per capita entre os setores e mudanças na participação do setor agrícola no tempo	17
Tabela 2 Distribuição de Renda em Países Selecionados. (Anos Variados)	26
Tabela 3 Distribuição Pessoal da Renda no Brasil e Rendimento Médio Mensal	27
Tabela 4 Índice de Gini por Região Nacional e Sexo (2004 – 2006)	29
Tabela 5 Comparação das Variações na Distribuição de Renda e na Renda Média (1960-1970)	32
Tabela 6 Comparações na Distribuição da Renda (Por Setor da PEA)	34
Tabela 7 Comparação da Distribuição de Renda por Sexo, Nível Educacional e Faixa Etária da PEA (1960 – 1970)	36
Tabela 8 A Evolução do PIB per capita no Brasil de 1960 a 2000 (R\$ de 2008)	49
Tabela 9 Valor Adicionado dos Setores no PIB, em %. (1950 – 2005)	51
Tabela 10 Distribuição da População Urbana e Rural no Brasil (1950 – 2000)	52
Tabela 11 Incremento Anual da População Urbana e Rural no Brasil (1940-2000)	53
Tabela 12 Índice da Renda per Capita Setorial pela Renda per Capita Total (1960 a 2000)	54
Tabela 13 Distribuição de Renda nos Setores Rural e Urbano 1960 – 2000	55
Tabela 14 Índice de Gini – Anos Selecionados	57
Tabela 15 Variação das Médias Decenais do Índice de Gini	57
Tabela 16 Mudanças Estruturais nos Setores Urbano e Rural (1970 – 2000)	58
Tabela 17 Taxas de Crescimento do PIB e da Indústria (1970-1980)	59
Tabela 18 Mudanças na Apropriação da Renda (Setores Rural e Urbano)	61
Tabela 19 Variações nos Parâmetros Selecionados (1970 – 1980)	62
Tabela 20 Crescimento do PIB e Taxa de Inflação (1980 – 1989)	63
Tabela 21 Variações no Coeficiente de Gini e no PIB na década de 80	64
Tabela 22 Apropriação da Renda nos Setores Rural e Urbano (1980 e 1991)	65
Tabela 23 Variação nos Parâmetros Selecionados (1980 – 1991)	66
Tabela 24 Apropriação da Renda nos Setores Urbano e Rural (1991 – 2000)	69
Tabela 25. Variação nos Parâmetros Selecionados (1991 e 2000)	70
Tabela 26 Índices Macroeconômicos no Brasil, 2001 a 2006	73
Tabela 27 Variações Estruturais nos Setores Urbano e Rural (2001 – 2006)	76
Tabela 28 Variação nos Parâmetros Selecionados (2001 - 2006)	76
Tabela 29 Resultados da Estimação	82

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OS EFEITOS DE CAUSALIDADE ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	14
2.1	O CRESCIMENTO ECONÔMICO AFETANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	14
2.2	A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA AFETANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO	21
3	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL	25
3.1	CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	25
3.2	A QUESTÃO DISTRIBUTIVA NO BRASIL	30
3.2.1	A Visão de Carlos Langoni e a "Controvérsia de 70"	30
3.2.2	O Unilateralismo dos Anos 90 e a Recente Queda da Desigualdade	39
4	TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA E CONSEQUÊNCIAS DISTRIBUTIVAS	46
4.1	APLICABILIDADE DO MODELO DE KUZNETS	48
4.1.1	A Questão do Crescimento Econômico	49
4.1.2	Transformações na Estrutura da Economia Brasileira	50
4.2	MUDANÇAS SETORIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1970 - 2006)	56
4.2.1	Crescimento Econômico e Mudanças na PEA: Uma Análise com Dados Censitários (1970 - 2000)	56
4.2.1.1	Milagre Econômico e Concentração de Renda nos Anos 70	59
4.2.1.2	O Comportamento Distributivo na Década de 1980	62
4.2.1.3	Década de 1990: Neoliberalismo e Concentração de Renda	66
4.2.2	A Recente Queda na Desigualdade de Renda: uma Análise com as PNADs 2001 e 2006	72
4.2.2.1	O Contexto Econômico	73
4.2.2.2	Análise Distributiva	75
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
5	DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1976 - 2006)	79
5.1	O MODELO ANALÍTICO	80
5.2	RESULTADOS DA ESTIMAÇÃO	82
6	CONCLUSÃO	85
	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a distribuição pessoal da renda no Brasil ficou por um bom tempo relegado a segundo plano. Porém, os recentes resultados que apontam melhora distributiva por anos consecutivos estimularam a retomada do tema ¹. A maioria dos trabalhos acerca desta discussão busca encontrar respostas sobre a tendência de maior equidade distributiva na dinâmica do mercado de trabalho ou nas políticas sociais implementadas, dentre elas as políticas de transferência de renda. Entende-se que ambos fatores influenciam os movimentos na dinâmica distributiva, porém, não se pode entendê-la plenamente se não se observar os resultados recentes como parte de um fenômeno mais amplo, qual seja, o próprio processo de desenvolvimento econômico.

Entender como a distribuição de renda se comporta num processo de desenvolvimento econômico torna-se crucial para a compreensão da nova tendência distributiva. O processo de industrialização e desenvolvimento no Brasil, observado num período de tempo suficientemente grande, foi acompanhado por mudanças significativas nas características da população economicamente ativa: mudou o peso da participação de trabalhadores de cada setor na economia; mudou a renda relativa do total de trabalhadores de cada setor; mudou o nível de escolaridade dos trabalhadores dos diversos setores e, por fim, alteraram-se as distribuições pessoais de renda interna de cada setor devido às peculiaridades dos mercados de trabalho específicos. Essas transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho certamente exerceram alguma influência sobre a distribuição pessoal da renda no País. Investigar como as mudanças estruturais provindas do processo de desenvolvimento econômico afetaram, e afetam, a distribuição de renda é a proposta central deste trabalho. Para iniciar esta análise é necessário compreender as relações entre crescimento econômico e distribuição de renda.

¹ O coeficiente de Gini vem caindo seguidamente desde 2001, o que significa que a distribuição de renda vem tornando-se menos desigual nos anos 2000. Em 2001 o coeficiente de Gini foi 0,596, caindo para 0,589; 0,583; 0,572 e 0,569 nos anos seguintes. Uma clara reversão de tendência visto que as médias históricas são 0,598 para a década de 70; 0,603 para a década de 80 e 0,605 para a década de 90.

Existem muitas divergências a respeito do comportamento da distribuição de renda frente ao crescimento econômico e da dinâmica do crescimento frente a possíveis distribuições (mais concentrada ou menos concentrada). A abordagem mais conhecida a respeito da primeira relação é a teoria da curva “U” invertido de Simon Kuznets. Ele demonstrou, em seu artigo intitulado *Economic Growth and Income Inequality*, publicado em 1955, através de um modelo hipotético, que os países em desenvolvimento, durante o processo de industrialização, tenderiam a princípio a concentrar a renda, mas, que durante o crescimento da renda *per capita* e da importância dos setores não-agrícolas, apresentariam uma tendência de redução da desigualdade. Esse efeito teria como causa o processo de desenvolvimento da industrialização acompanhado por deslocamento de populações das zonas rurais para as zonas urbanas. Considerando uma economia dualista, com um setor agrícola de baixa produtividade e um setor industrial de alta produtividade, a desigualdade aumenta, segundo essa teoria, por causa das diferenças médias entre os setores e porque as pessoas estão transferindo-se de um setor mais igualitário para um setor menos igualitário. A tendência inversa na distribuição se daria pelo que Kuznets chamou de “forças niveladoras”, que primeiro estabilizam e depois reduzem a desigualdade e só poderiam exercer um efeito significativo quando se esfriasse o processo migratório e de ampliação do setor industrial em relação ao agrícola. Essas forças seriam basicamente: decisões políticas, crescimento demográfico mais acentuado nas camadas mais pobres ², surgimento de novos empreendimentos e aumento da importância da renda de serviços. Os pormenores desta teoria serão explicitados na parte seguinte, quando a relação entre crescimento e distribuição será analisada considerando as duas direções possíveis de causalidade entre os dois fenômenos.

Para o caso brasileiro, captar impactos de transformações na estrutura do mercado de trabalho, inclusive mudanças referentes a participações de setores urbano e rural no produto total, implica na necessidade de abranger o período de maturação do processo industrial e auge do processo migratório. Desta forma, optou-se em compreender o tempo de análise do

² A contradição que salta aos olhos do leitor é assim explicada: Se o crescimento populacional é mais intenso nas camadas mais pobres, significa que numa fatia fixa da população mais rica de hoje existem representantes descendentes de camadas menos abastadas de ontem. Assim, “although the cumulative effect of savings may be to raise the relative income of a *progressively diminishing* top proportion of total population, their effect on the relative share of a fixed top proportion of the population is much reduced”. (KUSNETZ, 1955, p.10)

presente estudo entre 1970 e 2006, principalmente pela inexistência de informações sobre distribuição de renda antes deste período, exceto pelo censo demográfico de 1960. É importante ressaltar que as hipóteses do modelo de Kuznets são verificadas neste período da economia brasileira: o setor rural apresenta-se com mais igualdade distributiva, apesar de marginalmente sua desigualdade crescer a taxas maiores do que a do setor urbano; o setor urbano é mais produtivo; o setor rural decresce em relação ao urbano em participação na população economicamente ativa (PEA) ao longo do período analisado, inclusive com forte efeito migratório.

A relação entre crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil é investigada na terceira parte do trabalho, partindo inicialmente das discussões teóricas que tiveram peso relevante na academia nos anos 70, quando existia uma intensa controvérsia quanto a influência da distribuição de renda sobre o crescimento econômico, e do pensamento hegemônico dos anos 90, como denomina Gandra (2004) os estudos sobre distribuição de renda no Brasil nesta década.

A quarta e quinta parte do trabalho busca, por métodos estatísticos e econométricos, mensurar o impacto das mudanças na estrutura do mercado de trabalho sobre a distribuição de renda, mudanças essas originadas durante o processo de desenvolvimento econômico. No capítulo 4 é analisado o comportamento distributivo diante das mudanças trazidas pelo crescimento econômico. São utilizados dados do Censo Demográfico de 1970 a 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 e 2006 para mensurar as transformações estruturais mencionadas e suas variações. A metodologia utilizada neste capítulo baseia-se na dinâmica exposta por Kuznets (1955) e teorizada por Langoni (1973). Apesar de o estudo estatístico adotado basear-se em fatores estruturais, a influência de aspectos políticos e conjunturais não são ignorados na análise. No quinto capítulo busca-se analisar as causas determinantes da dinâmica distributiva e a significância das variáveis estruturais escolhidas, para tanto, adota-se um modelo econométrico *ad hoc*, no qual a variável dependente corresponde ao índice de Gini ³, um coeficiente que mede o grau de desigualdade de determinada repartição de renda. Por fim, na conclusão do trabalho, com

³ O índice de Gini varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é a repartição da renda. Para uma explicação detalhada sobre sua mensuração ver Hoffman (1973).

base nos resultados da análise “Langoniana” e da estimação, infere-se sobre o impacto das transformações estruturais, no âmbito da PEA, sobre a distribuição pessoal da renda no Brasil.

2 OS EFEITOS DE CAUSALIDADE ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Este capítulo tem por objetivo apresentar as duas direções possíveis de causalidade na relação entre crescimento econômico e distribuição de renda. Inicialmente analisa-se como o crescimento econômico afeta a distribuição pessoal da renda. Neste enfoque, a teoria do U invertido de Kuznets constitui-se como a referência teórica mais divulgada e aceita dentre os estudiosos do tema. A modelagem de Kuznets atribui uma importância consideravelmente significativa às mudanças estruturais naturais de um processo de crescimento econômico sobre a dinâmica distributiva. Este fato induziu diversos autores a relativizarem o poder de decisões políticas como forma de amenizar desigualdades em rendimento. Desta forma, imperou no pensamento econômico nos anos 1950 e 1960 a idéia de que uma distribuição de renda mais desigual levava a maior crescimento econômico, devido ao acúmulo de poupanças conseqüentes de rendas superiores nas classes que possuem maior propensão a poupar. Para contestar os benefícios de uma desigualdade na distribuição de renda foi necessário inverter a ordem de causalidade. Este foi o caso de Adelman e Morris (1973) que argumentam que uma distribuição de renda mais equânime conduz a maior crescimento econômico. Como a distribuição de renda afeta o crescimento econômico constitui-se como objeto de análise na segunda parte do capítulo.

2.1 O CRESCIMENTO ECONÔMICO AFETANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Em 1955, Simon Kuznets publicou um artigo que se tornaria referência até hoje sobre como o crescimento econômico afeta a distribuição de renda de determinada economia num período relativamente longo. O artigo, intitulado *Economic Growth and Income Inequality*, discutiu o comportamento da distribuição de renda durante o processo de passagem de uma economia agrária para uma não agrária. Kuznets coloca como tema central de seu artigo o caráter e as causas de mudanças a longo prazo na distribuição pessoal da renda. Ele tenta

responder às seguintes questões colocadas no primeiro parágrafo de seu artigo: “A desigualdade na distribuição de renda aumenta ou diminui no curso do crescimento econômico de um país? Que fatores determinam o nível secular e tendências de desigualdade de renda?” (KUZNETS, 1955. p. 1). A distribuição estudada por Kuznets é a distribuição *per capita* da renda, considerando a média de períodos longos. A opção por um longo período é ideal, pois perturbações cíclicas podem ser evitadas na comparação dos dados.

Dados para os EUA, Alemanha e Inglaterra, para o período entre 1880 e 1950 apontam crescimento da quota do quintil mais baixo e decréscimo da quota do quintil mais alto. Ou seja, uma tendência de distribuição menos desigual com o passar dos anos. O fato dos dados serem anteriores a impostos diretos e transferências governamentais reforça a hipótese de decréscimo da desigualdade no período analisado. O estreitamento seria ainda maior se fossem considerados os impostos diretos e as contribuições gratuitas do governo. Como essas reduções de desigualdade foram acompanhadas de crescimento da renda *per capita*, deduz-se que a renda *per capita* dos grupos de renda mais baixa está crescendo a taxas mais rápidas do que a dos grupos de renda mais alta.

Kuznets (1955) coloca a redução da desigualdade verificada nos países analisados como um quebra-cabeça, pois existem pelo menos dois grupos de forças que, no longo prazo, causam desigualdade crescente da distribuição de renda em países em desenvolvimento. O primeiro grupo se refere à concentração de economias nos grupos de renda maior. O efeito cumulativo de poupança permitiria a posse de ativos que fornecem renda aos grupos de maior renda *per capita*. A segunda fonte do quebra cabeça refere-se ao processo de industrialização e urbanização. Sabe-se que: a) a renda *per capita* média da população rural é geralmente menor que a urbana; b) a desigualdade nas quotas percentuais dentro da distribuição para a população rural é um pouco mais estreita do que a da população urbana. Dois fatores podem ser listados: 1) com o peso crescente da população urbana, cresce a parte que possui a distribuição mais desigual; 2) com a maior produtividade do setor industrial, a renda *per capita* deste setor cresce em ritmo maior que a do setor agrícola. Ambos fatores contribuem para o aumento da desigualdade total.

Tanto o acúmulo de poupanças dos grupos de maior renda, como o processo de industrialização e urbanização, representam forças favoráveis à concentração de renda. No entanto, foi observado o inverso na distribuição de renda dos países analisados. Isto levou Kuznets a investigar os fatores que se contrapõem à concentração de renda. Estes fatores teriam importância mais evidente quando o processo de desenvolvimento e ampliação da participação do setor industrial fosse perdendo força.

Um fator que se contrapõe ao efeito de concentração de renda corresponde a políticas públicas que diretamente limitam o acúmulo de propriedade, como por exemplo o imposto sobre herança. Kuznets (1955) lista outros fatores não tão óbvios: o primeiro é demográfico. O controle de natalidade é mais eficiente nas classes mais altas do que nas baixas. Então os descendentes dos 5% mais ricos cresceram em proporção menor do que os do resto da população – em 50 anos, por exemplo. Portanto a renda *per capita* dos 5% mais ricos depois de 50 anos é formada apenas parcialmente pelos descendentes dos pertencentes a essa classe no início do período. O restante é composto por descendentes de classes mais baixas. Portanto, para uma quota fixa da população, pelo exemplo os 5% mais ricos, o maior crescimento populacional na camada de renda inferior tende a diminuir a renda relativa dessa quota.

O segundo fator “reside na própria natureza de uma economia dinâmica com liberdade relativa de oportunidades individuais”. Decorre das mudanças tecnológicas que tornam obsoletos determinados tipos de indústria e fazem surgir novos empreendimentos. Assim, aqueles que entraram como empreendedores das novas indústrias apresentam acúmulo maior do que os descendentes que não mudaram para os novos campos mais lucrativos (KUZNETS, 1955, p. 10).

Kuznets (1955) mostrou, através de um quadro com dados hipotéticos, que obedeciam a algumas premissas básicas, o efeito da passagem de uma economia agrícola para uma economia mais industrializada, com crescimento da renda per capita. Este quadro está reproduzido na tabela 1. Ele dividiu a economia em dois setores: agrícola e não agrícola. As premissas básicas são: a renda *per capita* do setor não agrícola é sempre maior do que a do

setor agrícola; a proporção do setor agrícola no total diminui; a desigualdade dentro do setor agrícola pode ser igual a do setor não agrícola mas nunca maior. Foram assumidas, para cada setor, distribuições de percentagem da renda total do setor, sendo que uma distribuição E é de desigualdade moderada e a distribuição U mais desigual. A distribuição E começa com 5,5% da renda para o decil inferior, subindo de 1% para cada decil até o decil superior que fica com 14,5% da renda. A distribuição U começa com 1% para o menor decil e cresce de 2 em 2 até chegar em 19% no decil superior. A proporção do setor agrícola (setor A) começa com 80% no primeiro período e vai caindo até atingir 20% no sétimo período. E, para terminar os dados hipotéticos que foram criados com base nas premissas, a renda *per capita* dos setores foi dividida em duas possíveis situações: a primeira com 50 para o setor A e 100 para o setor B e a segunda, com o setor B ainda mais produtivo, com 50 para o setor A e 200 para o setor B.

Tabela 1. Distribuição da renda para diferentes graus de concentração entre os setores, diferentes renda per capita entre os setores e mudanças na participação do setor agrícola no tempo

	Proporção do Setor A em Relação ao Total						
	0,8	0,7	0,6	0,5	0,4	0,3	0,2
I - Renda <i>per capita</i> do setor A = 50, setor B = 100							
Renda <i>Per Capita</i> da População	60	65	70	75	80	85	90
a) Distribuição E para o setor A, e U para o setor B							
Diferença entre o 5º e o 1º quintil	28,3	32,7	35,4	36	35,5	34,8	33,8
b) Distribuição E para ambos os setores							
Diferença entre o 5º e o 1º quintil	23,7	25,9	26,1	25,3	23,9	22,1	20,2
c) Distribuição U para ambos os setores							
Diferença entre o 5º e o 1º quintil	36,8	38,1	39,1	39	37,8	36,4	34,8
II - Renda <i>per capita</i> do setor A = 50, setor B = 200							
Renda <i>Per Capita</i> da População	80	95	110	125	140	155	170
a) Distribuição E para o setor A, e U para o setor B							
Diferença entre o 5º e o 1º quintil	44,2	49,8	49,2	46,5	43,2	40,2	37,2
b) Distribuição E para ambos os setores							
Diferença entre o 5º e o 1º quintil	42,1	42,3	39,4	36	32,6	29,6	26,3
c) Distribuição U para ambos os setores							
Diferença entre o 5º e o 1º quintil	49,6	53,1	51,8	48,6	44,8	41,4	37,9

Fonte: KUZNETS, 1955.

Observando a evolução da desigualdade, medida pela diferença entre o 5º e o 1º quintil, segundo o quadro desenvolvido por Kuznets, pode-se perceber que em qualquer situação ela cresce por um período para depois cair, dando origem a uma curva de distribuição na forma de um U invertido. Essa tendência se apresenta mediante o aumento da importância

do setor não agrícola, que aumenta de 20% para 80% no último período, e do crescimento da renda *per capita*.

Nas fases precoces de industrialização as forças que impulsionam a concentração de renda são mais fortes do que nas fases posteriores onde o ritmo do crescimento industrial decresce.

Poderíamos assumir então uma longa variação na desigualdade caracterizando a estrutura de renda secular: aumentando nas fases precoces do crescimento econômico quando a transição da civilização pré-industrial para a industrial foi mais rápida; se estabilizando por um certo período; e então diminuindo nas fases posteriores (KUZNETS, 1955. p. 18).

Dessa forma os dados obtidos a respeito da Alemanha, Inglaterra e EUA evidenciam a fase de estreitamento da desigualdade. A fase de aumento da concentração teria vindo antes.

A variação na desigualdade de renda está relacionada também com a variação na formação de capital: economias com elevada desigualdade de renda proporcionam poupanças maiores que economias com pouca desigualdade. Nos países subdesenvolvidos as poupanças só são possíveis nos 3 ou 5% do topo da distribuição. Em países desenvolvidos é possível haver poupança significativa até no quarto quintil. Assim pode-se explicar a estrutura secular das rendas dos países subdesenvolvidos pelas concentrações observadas no passado. Baixas taxas de crescimento e atraso dos governos em tomar medidas niveladoras também podem ter influenciado a distribuição desigual da renda nos países subdesenvolvidos (KUZNETS, 1955).

A conclusão a respeito do comportamento a longo prazo da distribuição de renda pode ser assim resumida: a renda de um país em desenvolvimento, nos estágios iniciais de industrialização – com diminuição do peso do setor agrícola para aumento do peso de setores mais produtivos – tende a concentrar-se, para num momento seguinte, com esgotamento da redução do setor agrícola em relação ao industrial, influenciado pela

redução da intensidade no ritmo de desenvolvimento, distribuir-se de forma mais eqüitativa. Esse processo é acompanhado e influenciado por crescimento da renda *per capita*, sendo que as rendas *per capita* dos setores não agrícolas são maiores do que a do setor agrícola.

Apesar de descrever essa lógica para a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda para os países em desenvolvimento, Kuznets não acreditava que se os países então subdesenvolvidos seguissem as políticas adotadas pelos países por ele analisados, necessariamente repetiriam os padrões de desenvolvimento alcançado por aqueles.

Um extremo – particularmente tentador para nós – é favorecer a repetição de padrões passados dos países agora desenvolvidos, padrões que, sob as condições marcadamente diferentes dos países atualmente desenvolvidos, são quase que obrigados a forçar as instituições econômicas e sociais existentes e a eventualmente dar origem a explosões revolucionárias e regimes autoritários, existe perigo em analogias simples; ao argumentar que por causa de uma distribuição desigual de renda na Europa Ocidental no passado levou a acumulação de economias e financiamento de formação de capital básico, a preservação ou acentuação das desigualdades de renda atuais dos países subdesenvolvidos é necessária para assegurar o mesmo resultado (...) Porque eles podem ter se provado favoráveis no passado, é perigoso afirmar que mercados completamente livres, falta de penalidades implícitas em impostos progressivos, e afins são indispensáveis para o crescimento econômico dos países atualmente subdesenvolvidos. Sob condições atuais os resultados podem ser exatamente o oposto – retirada de bens acumulados para canais relativamente seguros, seja por fuga para o exterior ou para terras; e a incapacidade de governos de servir como agentes básicos do tipo de formação de capital que é indispensável ao crescimento econômico. (KUZNETS, 1955, p.25-26).

Quase tudo de relevante que se escreveu a respeito da influência do crescimento econômico sobre a distribuição de renda não inovou em relação ao modelo de Kuznets. Os trabalhos empíricos inspirados na teoria de Kuznets indicam resultados ambíguos. No entanto, a maioria deles apresenta sérios problemas metodológicos. Esse é o caso do trabalho de Deininger e Squire (1997), economistas do Banco Mundial. Os autores escreveram recentemente um artigo que contradiz a hipótese de Kuznets para alguns países subdesenvolvidos. No entanto, por escassez de dados em muitos países, eles utilizaram a distribuição de terras como forma de mensurar as desigualdades internas. Deininger e

Squire tentam responder a três questões no artigo para o Banco Mundial publicado em 1997. Uma delas refere-se a influência do crescimento na distribuição: “Nos países com baixos níveis de desenvolvimento, acarretaria o crescimento econômico maior desigualdade na distribuição de renda?” (DEININGER; SQUIRE, 1997, p.36).

Os autores, após empregarem métodos econométricos, chegam a seguinte conclusão: primeira questão, que procura saber a validade da hipótese de Kuznets (aumento de desigualdade nos primeiros estágios de desenvolvimento e depois seu declínio), tem como resposta: não foi encontrado vestígio da curva de Kuznets (U invertido) em 90% dos 91 países pesquisados; considerando períodos de 10 anos, os períodos de crescimento global estão associados com aumento de desigualdade em 43 casos e com diminuição da desigualdade em 45 casos e em 85% dos países o crescimento global foi acompanhado de crescimento da renda dos 20% mais pobres. “Isso sugeriria que, mesmo quando a desigualdade piorou, seu efeito negativo sobre o pobre foi mais do que compensado pelo efeito positivo do crescimento” (DEININGER; SQUIRE, 1997, p.38).

Anand e Kanbur (1993) buscaram formalizar o modelo de Kuznets. Considerando as premissas básicas do modelo, os autores adotaram uma forma funcional para explicar a trajetória da distribuição durante determinado período de crescimento econômico. Quando o coeficiente de Gini é a medida de distribuição analisada, o modelo corresponde a:

$$G = \beta_0 + \beta_1 R + \beta_2 \frac{1}{R}, \text{ sendo } \frac{d^2G}{dR^2} = \frac{2\beta_2}{R^3} \quad (1)$$

Onde G corresponde ao coeficiente de Gini e R a renda. Para o período entre 1950 e 1978 Anand e Kanbur (1993) analisaram a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda para um total de 60 países sob a hipótese de que eles seguiam conjuntamente o comportamento definido por Kuznets (1955), o que não foi verificado. Os autores utilizaram um período de análise relativamente curto e não respeitaram as diferenças de desenvolvimento entre os países.

No Brasil, Lauro Ramos apresentou resultados diferentes dos previstos na teoria do U invertido, num livro publicado pelo IPEA denominado “*A Distribuição de Rendimentos no Brasil*”. Ramos (1993) testa a importância de variáveis selecionadas no comportamento da distribuição. As variáveis selecionadas são: as rendas médias dos setores, a composição setorial do PIB e as distribuições internas dos setores. Numa segunda etapa, Ramos testa a importância do crescimento do nível de escolaridade na distribuição de renda e constata pouca importância deste parâmetro no processo de distribuição. A distribuição de renda apresenta-se mais equânime no período de crescimento do PIB *per capita* (1976-1980) e menos equânime no período de estagnação (1981-1984), portanto, em forma de U. Contudo, o modelo de Kuznets não pode ser negado pelo teste de Ramos, pois este quer testar a curva para um período pequeno enquanto Kuznets desenvolve sua teoria para longos períodos de mudança na estrutura da economia.

O mesmo equívoco na metodologia de Ramos aparece no trabalho de Barros e Gomes (2007) publicado pelo IBMEC. Os autores colocam como objetivo do trabalho testar a validade da hipótese de Kuznets para os municípios brasileiros. Os dados utilizados correspondem aos dos censos de 1991 e 2000. Um total contra-senso para quem quer testar a hipótese de Kuznets. A teoria trata de desenvolvimento econômico, transformações na estrutura da economia, passagem de uma economia tipicamente agrária para uma economia industrial. As mudanças na década analisada pelos autores são insignificantes para que se espere a curva U invertida para a distribuição de renda ⁴. Os autores utilizam a forma funcional de Anand e Kanbur (1993) e o polinômio de 3º grau de List e Gallet (1999). Em ambos os casos o poder explicativo dos modelos é reduzido, como se poderia esperar dado o período de análise adotado.

2.2 A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA AFETANDO O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nos anos 1950 acreditava-se que uma distribuição de renda mais desigual levava a um crescimento maior. Portanto, como a poupança é fundamental ao investimento, uma corrente teórica defendia que primeiro o país deveria concentrar renda, crescendo de forma

⁴ Para a Inglaterra, por exemplo, Kuznets utiliza dados de 1880 a 1947.

mais rápida, para depois distribuí-la. Como a propensão a poupar das classes mais ricas é maior, sua participação no lucro seria ascendente no processo de crescimento ⁵.

Porém, de lá pra cá, surgiram muitas explicações que resultam numa relação inversa, ou seja, que a maior igualdade na distribuição conduz a maiores níveis de crescimento econômico. Eis algumas delas:

- Alta desigualdade leva a maior instabilidade política, provocando incertezas, menor investimento e menor crescimento ⁶ (ALESINA; PERROTI, 1993).

- Uma igualdade mais acentuada reduz a pobreza e conduz a melhoras no desenvolvimento humano, aumentando a produtividade humana e conseqüentemente a produção (RANIS; STEWART; RAMIREZ, 2000).

- Uma igualdade maior na distribuição de ativos significa acesso mais justo ao crédito e mais oportunidade para o pobre realizar investimentos produtivos (DENINGER; SQUIRE, 1997).

Pode-se acrescentar: uma distribuição mais equilibrada leva a mercados internos maiores, pois a renda daqueles que possuem maior propensão marginal a consumir seria maior, existindo, portanto, maiores possibilidades de consumo da produção, podendo assim acarretar maior crescimento econômico.

Ainda no âmbito da discussão do crescimento com redistribuição, encontra-se uma defesa dessa proposta, em oposição à teoria do “bolo” ⁷, num artigo de José Serra (1978). Neste

⁵ Algumas teorias de distribuição funcional da renda nos levam a conclusões semelhantes. Kaldor é um exemplo (PASSINETI, 1979).

⁶ Utilizando um modelo onde o investimento de determinada nação depende também da estabilidade sócio-política e esta por sua vez da distribuição de renda, os autores, utilizando dados entre 1960 e 1985 para um conjunto de 70 países, concluem que quanto mais desigual for a distribuição de renda de um país maior será a instabilidade política e portanto menor o investimento e o crescimento econômico. Uma bateria de testes de robustez solidifica o modelo adotado (ALESINA; PERROTI, 1993).

⁷ Segundo essa teoria, o consumo dos mais pobres inevitavelmente reduziria parte do que seria destinado ao investimento. Seus principais divulgadores foram Eugênio Gudín, Roberto Campos, Delfim Neto e Mário

artigo, a ênfase é dada para o efeito da distribuição no crescimento. Naquele período havia um embate teórico acirrado na questão da distribuição de renda e do crescimento econômico. Serra (1978) escreveu seu artigo combatendo os principais argumentos usados para defender um crescimento com concentração de renda.

O raciocínio que justifica o desequilíbrio distributivo decorre do argumento de que a reconcentração faz-se necessária por causa da taxa de poupança. A concentração de renda permite um maior acúmulo por poupança e esta, por sua vez, é fundamental para o investimento. Serra (1978) analisou esse raciocínio por três ângulos. Primeiramente verificou que a maior parte da poupança das classes foi utilizada como consumo e uma pequena parte inverteu-se em investimento.

Assim, apesar de que durante os anos sessenta se verificou uma significativa reconcentração de renda pessoal, a taxa de investimento não ultrapassou seu nível histórico, em torno de 15-16%, segundo indicam as cifras oficiais. A reconcentração de renda pessoal favoreceu portanto a concentração de poder de consumo em benefício dos grupos mais altos ⁸ (SERRA, 1978, p. 266).

Em segundo lugar, Serra tira o peso da poupança como via para investimentos ao afirmar que não se investe porque existem poupanças disponíveis e sim de acordo com expectativas de rentabilidade vis-à-vis o custo de obter recursos financeiros, ou seja, vis-à-vis as possibilidades de endividamento (existência de instituições financeiras que atendam a demanda por empréstimos). Em terceiro, Serra retoma o pensamento de Joan Robinson para mostrar que uma distribuição desigual possui sentido antieconômico. A análise é a seguinte: ao concentrar a renda para poupar, parte da renda total da economia estará dissipando-se em consumo supérfluo, o que significa um desperdício com o ganho na renda total (SERRA, 1978).

Henrique Simonsen.

⁸ José Serra completa seu raciocínio: “Levando em conta as considerações anteriores, pode-se concluir facilmente que a famosa teoria do bolo, segundo a qual os setores pobres não podem consumir fatias maiores sem comprometer a parte que se destina ao investimento, somente tem sentido se se admite que um número enorme do bolo presente e maior ainda do bolo futuro está já reservado ao consumo de setores minoritários privilegiados. E, nesse caso, a teoria perde a aparente universalidade e objetividade que se lhe quer imputar ao aparecer unicamente como justificadora de uma modalidade de crescimento econômico que privilegia ao consumo supérfluo(...)em detrimento do consumo essencial e do próprio investimento. É fácil perceber-se qual o critério de bem-estar implícito nessa justificação; difícil, no entanto, é vê-lo explicitado pelos seus formuladores” (SERRA, 1978, p.266).

A explicação que os defensores da “teoria do bolo” dão para a desigualdade entre os assalariados é que esta provém das diferenças entre os níveis educacionais da classe trabalhadora. Assim, quanto maior o nível educacional maior a renda do trabalhador. Nos anos 60 e 70 a escassez de mão-de-obra qualificada elevou a remuneração dessa classe enquanto o excesso de mão-de-obra não qualificada fez com que a remuneração desta diminuísse. Dessa forma, as diferenças salariais decorreriam do nível educacional em conjunto com a situação do mercado de trabalho específico. Contudo, a causalidade entre nível educacional e renda pode ser contestada. Apesar de, comprovadamente, em diversos países a relação na variação de um corresponder a uma variação no outro a relação de causalidade possui uma propriedade no sentido inverso também. Ou seja, não se pode afirmar que o nível educacional é determinante único da renda até porque o nível de renda tende a determinar o nível educacional (SERRA, 1978).

3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Este capítulo possui o duplo objetivo de caracterizar a distribuição de renda pessoal no Brasil e revisar a discussão sobre as causas dos movimentos distributivos no País. Após expor o perfil da desigualdade de renda no Brasil, realiza-se uma revisão da discussão teórica a respeito da questão distributiva nos anos 70, em especial do trabalho de Langoni (1973). Em seguida discute-se os trabalhos do chamado “pensamento hegemônico” dos anos 90 a respeito da dinâmica distributiva, inclusive aqueles que buscam explicar a recente queda da desigualdade no Brasil.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

O Brasil apresenta uma das piores distribuições pessoais de rendimento do mundo, sendo que, em 2003 só perdia para Botsuana, Namíbia e Haiti em desigualdade de renda. Atualmente é o sexto país mais desigual do mundo – muitos países estão com dados defasados. Desconsiderando os países cuja distribuição é calculada sobre os gastos pessoais em consumo, o Brasil, com um índice de Gini de 0,57, é superado em termos de desigualdade somente por Haiti, Guatemala e Bolívia, nesta ordem, ficando bem distantes de países desenvolvidos como Áustria, Bélgica e Suécia que apresentam índices de Gini de 0,28, 0,26 e 0,25, respectivamente. Na América do Sul, assumindo que os países vizinhos não reduziram suas desigualdades nos últimos anos, só consegue ser mais equânime do que a Bolívia, que possuía em 2002 um índice de Gini de 0,58 – neste ano o índice de Gini do Brasil era de 0,59. Após Bolívia e Brasil, os países sul-americanos mais desiguais são Paraguai com índice de 0,55 e Colômbia e Equador com Índices de 0,54, sendo que o menos desigual é a Venezuela com 0,42. Apesar da melhora recente, o Brasil, em relação aos demais países do mundo, está pessimamente qualificado em termos de distribuição pessoal da renda. A tabela 2, obtida do *World Bank* (2006), mostra essa realidade:

Tabela 2. Distribuição de Renda em Países Selecionados. (Anos Variados)

País	Ano da pesquisa	Y ou C *	Índice de Gini	País	Ano da pesquisa	Y ou C *	Índice de Gini
África do Sul	2000	c	0,59	Honduras	1999	y	0,52
Albania	2002	c	0,31	Hungria	2002	c	0,24
Alemanha	2000	y	0,29	Índia	1999/2000	c	0,33
Argentina (Urbano)	2001	y	0,51	Indonésia	2000	c	0,34
Austria	1997	y	0,28	Irã	1999	c	0,43
Bélgica	2000	y	0,26	Irlanda	2000	y	0,31
Bolívia	2002	y	0,58	Israel	2001	c	0,35
Bósnia	2001	c	0,25	Itália	2000	c	0,31
Botsuana	1995	c	0,63	Jamaica	2001	c	0,42
Brasil	2005	y	0,57	Jordânia	2002	c	0,39
Bulgaria	2003	c	0,28	Lituânia	2000	c	0,29
Burkina Faso	2003	c	0,38	Luxemburgo	2000	y	0,29
Camarões	2001	c	0,45	Madagascar	2001	c	0,46
Canadá	2000	y	0,33	México	2002	y	0,49
Chile	2000	y	0,51	Marrocos	1999	c	0,39
China	2001	c	0,45	Namíbia	1993	c	0,70
Colômbia	1999	y	0,54	Nicarágua	2001	c	0,40
Coréia	1999	y	0,32	Nigéria	2003	c	0,41
Costa Rica	2000	y	0,46	Noruega	2000	y	0,27
Costa do Marfim	2002	c	0,45	Paquistão	2001	c	0,27
Croácia	2001	c	0,29	Panamá	2000	c	0,55
Dinamarca	1997	y	0,27	Paraguai	2001	y	0,55
Rep. Dominicana	1997	y	0,47	Peru	2000	c	0,49
Equador	1999	y	0,54	Polônia	2002	c	0,31
Egito	2000	c	0,34	Portugal	1997	y	0,39
El Salvador	2002	y	0,50	Reino Unido	1999	y	0,34
Estados Unidos	2000	y	0,39	Romênia	2002	c	0,29
Estonia	1999	c	0,32	Rússia	2002	c	0,32
Espanha	2000	y	0,35	Sérvia	2003	c	0,29
Etiópia	2000	c	0,30	Suécia	2000	y	0,25
Finlândia	2000	y	0,25	Tanzânia	2001	c	0,35
França	1994	y	0,31	Tailândia	2002	c	0,40
Geórgia	2002	c	0,38	Tunísia	2000	c	0,40
Grécia	1999	c	0,36	Turquia	2002	c	0,37
Guatemala	2000	y	0,59	Ucrânia	1999	y	0,29
Guiana	1999	y	0,45	Uruguai (Urbano)	2000	y	0,43
Haiti	2001	y	0,68	Venezuela	2000	y	0,42
Holanda	1999	y	0,29	Vietnã	2002	c	0,35

* c indica que a desigualdade mensurada refere-se a distribuição de gastos em consumo; y indica que a desigualdade foi calculada com base na distribuição da renda.

Fonte: WORLD BANK, 2006.

A desigualdade de renda do Brasil supera, na América Latina, a do México, que possuía um índice de Gini em 2002 de 0,49 e da Argentina, que apresentava em 2001 um índice de 0,51 considerando somente a zona urbana deste país.

Uma peculiaridade salta aos olhos quando se observa a distribuição pessoal da renda no Brasil para qualquer período observado: a apropriação da renda é de tal concentração que os rendimentos médios das camadas inferiores oscilam por volta de um salário mínimo. A tabela 3 destaca a distribuição pessoal para a população economicamente ativa com rendimento em 1976 e em 2006 e demonstra essa realidade.

Tabela 3. Distribuição Pessoal da Renda no Brasil e Rendimento Médio Mensal

Classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento	1976		2006		
	Distribuição do rendimento nominal (%)	Renda média mensal (em salário mínimo)	Distribuição do rendimento nominal (%)	Renda nominal média mensal (R\$)	Renda média mensal (em salário mínimo)
Simplex					
Até 10%	1,0	0,3	0,8	79,75	0,2
Mais de 10 a 20%	1,9	0,5	2,5	239,26	0,6
Mais de 20 a 30%	2,7	0,8	4,0	378,00	0,9
Mais de 30 a 40%	3,4	1,0	4,0	384,56	0,9
Mais de 40 a 50%	4,1	1,2	4,8	454,48	1,1
Mais de 50 a 60%	5,1	1,5	6,0	571,38	1,4
Mais de 60 a 70%	6,8	1,9	7,6	723,23	1,7
Mais de 70 a 80%	9,5	2,7	10,0	955,94	2,3
Mais de 80 a 90%	15,1	4,3	15,4	1.470,50	3,5
Mais de 90 a 100%	50,4	14,3	44,9	4.282,60	10,3
Mais de 95 a 100%	37,9	21,5	32,2	6.142,03	14,8
Mais de 99 a 100%	17,4	49,2	13,1	12.496,00	30,1
Acumuladas					
Até 10%	1,0	0,3	0,8	79,75	0,2
Até 20%	2,9	0,4	3,3	159,50	0,4
Até 30%	5,6	0,5	7,3	232,70	0,6
Até 40%	9,0	0,6	11,3	269,85	0,7
Até 50%	13,1	0,7	16,1	306,99	0,7
Até 60%	18,2	0,9	22,1	350,69	0,9
Até 70%	25,0	1,0	29,7	404,22	1,0
Até 80%	34,5	1,2	39,7	473,05	1,1
Até 90%	49,6	1,6	55,1	584,49	1,4
Até 100%	100,0	2,8	100,0	953,75	2,3

Fonte: PNAD 1976 e 2006. IBGE. Elaboração própria. Obs.: Valores em Reais de 2008.

Nesta tabela, a população com rendimento está dividida em dez grupos⁹, cada um com o mesmo número de componentes, sendo que estes grupos estão ordenados por ordem crescente de renda. Em 1976, assim como em 2006, as quatro camadas mais pobres na escala da tabela 3 recebiam em média um valor menor que um salário mínimo da época. Somente a partir do grupo correspondente entre os 40% e os 50% da população a renda média mensal passa a ser maior que um salário mínimo, atingindo 1,16 do seu valor em 1976 e 1,10 em 2006. Os 10% mais pobres da população economicamente ativa recebiam 0,28% do valor do salário mínimo em 1976, percentual que decaiu para 0,19% em 2006 para o mesmo grupo. No entanto, em 2006, as duas faixas de renda subseqüentes possuem um rendimento em termos de salário mínimo do período superiores aos de 1976. Esse ganho na apropriação indica uma melhora na distribuição de renda que fica mais evidenciada quando se observa a diminuição da apropriação das faixas mais abastadas. Os 1% mais ricos recebiam 49 vezes o valor do salário mínimo em 1976, passando para 30 vezes mais em 2006. Todas as faixas populacionais compreendidas entre os 40% e 80% na tabela perderam rendimento, em termos de salários mínimos, entre 1976 e 2006.

Ao comparar as distribuições pessoais da renda de 1976 e 2006, percebe-se que os grupos de renda intermediária aumentaram suas cotas percentuais. Os grupos que representam até 80% da população, em ordem crescente de rendimento, detêm um percentual de renda maior em 2006. Os 20% mais ricos em 2006 possuem uma percentagem de renda inferior aos 20% mais ricos em 1976. Enquanto em 1976 a cota de renda destinada aos 20% mais ricos equivalia a 65,5% da renda total, em 2006 o mesmo grupo detinha 60,3% da renda total. Já os 1% mais ricos detinham 17,4% da renda em 1976 e 13,1% em 2006. Medindo a concentração de renda pela diferença entre os quintis superior e inferior da população, encontra-se os valores de 62,6 em 1976 e 57,0 em 2006.

A disparidade na distribuição da renda fica mais evidente se se observa os rendimentos médios destinados a cada camada da população. Em 2006, o rendimento médio individual, das pessoas com rendimento, agrupadas nos 10% mais pobres, equivalia a R\$79,75. Os

⁹ Existem dois tipos de divisões da população na tabela: a divisão simples, com 10 grupos ordenados por rendimento (os 5% mais ricos e os 1% mais ricos estão destacados na tabela, portanto são subgrupos); e a acumulada, que corresponde a acumulação dos grupos da divisão simples.

pertencentes à camada seguinte tinham R\$239,26 como renda média. Os valores vão majorando de forma irrisória a cada camada até o grupo que compreende os 70 a 80% da população, que recebe em média R\$723,23. Os membros do grupo seguinte, correspondente à população entre os 10 e os 20% mais “ricos”, recebem R\$1.470,50 mensais em média. No grupo seguinte, o dos 10% mais ricos, seus componentes têm um rendimento mensal médio de R\$4.282,60. O grupo dos 1% mais ricos detém o privilégio de uma renda mensal de R\$12.496,00, portanto 13,1 vezes mais que a renda média do conjunto da população, que é de R\$953,75 e 156,7 vezes mais que a renda média dos 10% mais pobres.

Quanto às diferenças distributivas internas, percebe-se que a região Centro-Oeste é atualmente a mais desigual do País. Isto é uma reversão histórica, dado que a região Nordeste foi notadamente a mais desigual ao longo das últimas décadas. A tabela 4 mostra os índices de Gini, para a população com rendimento, entre 2004 e 2006 das macro-regiões brasileiras.

Tabela 4. Índice de Gini por Região Nacional e Sexo (2004 – 2006)

Ano	Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
2004	0,559	0,525	0,571	0,533	0,53	0,57
2005	0,552	0,509	0,551	0,534	0,519	0,564
2006	0,547	0,508	0,556	0,529	0,51	0,558
Homens						
2004	0,554	0,514	0,565	0,527	0,526	0,561
2005	0,55	0,495	0,551	0,532	0,517	0,557
2006	0,543	0,489	0,548	0,525	0,508	0,547
Mulheres						
2004	0,544	0,523	0,565	0,518	0,506	0,564
2005	0,535	0,515	0,54	0,516	0,495	0,559
2006	0,535	0,522	0,556	0,512	0,49	0,557

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

Entre 2005 e 2006 somente a região Nordeste apresentou elevação do índice de Gini, porém, quando se compara 2004 a 2006, todas as regiões apresentam redução de desigualdade em rendimento. A região Norte apresentou a maior taxa de redução do índice e atualmente é a menos desigual do País, posto que pertencia a região Sul em 2004. A distribuição de rendimentos tanto para homens quanto para mulheres tornou-se mais equânime no período analisado, sendo que os homens do Norte possuem atualmente a distribuição mais igualitária, com um índice de Gini de 0,49, enquanto que entre os homens do Nordeste a desigualdade corresponde a um índice de Gini de 0,55. A região que apresenta distribuição de rendimentos menos desiguais entre as mulheres corresponde a região Sul, com um índice de Gini de 0,49, bem inferior ao índice nacional para o grupo, cujo valor é 0,54. Já a região Centro-Oeste apresenta um índice de Gini para distribuição de renda entre as mulheres com algum rendimento de 0,56, sendo o maior entre as regiões para esta categoria.

Pode-se afirmar que a desigualdade de renda no Brasil foi persistente e crescente ao longo das últimas décadas. A média de Gini foi de 0,531 entre 1960 e 1970, de 0,598 entre 1970 e 1980, de 0,601 entre 1980 e 1990 e de 0,605 entre 1990 e 2000. Somente nos últimos anos essa tendência passou a apresentar sinais de reversão. A crescente concentração de renda alimentou um forte embate teórico na década 70, com a divulgação dos primeiros dados sobre distribuição de renda pessoal no Brasil. Após um período de desinteresse em relação ao tema, estudos sobre distribuição de renda voltaram à pauta de discussão dos economistas brasileiros nos anos 90. A próxima sessão revisa esse histórico de trabalhos sobre a questão distributiva no Brasil.

3.2 A QUESTÃO DISTRIBUTIVA NO BRASIL

3.2.1 A Visão de Carlos Langoni e a “Controvérsia de 70”

Os primeiros dados sobre distribuição pessoal da renda no País surgiram com o censo demográfico de 1960. A partir de 1976, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE, foi possível manter uma base anual de informações referentes à distribuição pessoal da renda. Porém, com a divulgação do resultado do Censo de 1970,

quando se verificou extrema acentuação nas desigualdades em relação a 1960, surgiram os primeiros trabalhos que buscaram explicar o fenômeno. Carlos Langoni (1973) se destacou com uma explicação baseada em Kuznets (1955) e na Teoria do Capital Humano. Para entender sua explicação sobre a ampliação da distribuição de renda é necessário compreender o contexto econômico do período: os anos 1960 representam um período de altas taxas de crescimento econômico, exceto no triênio 1962 - 1964, onde prevaleceram baixas taxas de crescimento, 0,6%; 3,4% e 2,4%, respectivamente. No final dos anos 1960 tem início o “milagre econômico”, sendo que em 1968 a taxa de crescimento do PIB foi de 9,8% e em 1969 foi de 9,5%. Outra característica do período foi a inflação que motivou o ministro Roberto Campos, Ministro da Fazenda no período 1964-1967, a tomar medidas de contenção salarial. A inflação, que em 1960 atingiu 26,3%, em 1970 foi de 19,8%. Apesar do declínio do salário mínimo, que diminuía desde 1961, os grupos de renda inferior apropriaram rendas reais em 1970 superiores as que possuíam em 1960. Este fato foi impulsionado pelo alto crescimento econômico (média de 6,6% ao ano entre 1960 e 1970).

A indústria foi o principal setor motivador do crescimento econômico. Desde princípios dos anos 1950 o setor industrial passa a liderar o valor adicionado do PIB. Com o plano de metas, a indústria de base ganha importância na política industrial: o crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961. Por toda a década de 1950, a capacidade produtiva industrial foi ampliada e diversificada. Entre 1958 e 1962 a produção industrial apresenta altas taxas de crescimento: 16,8% em 1958, 12,9% em 1959, 10,6% em 1960, 11,1% em 1961 e 8,1% em 1962 (MOURA, 2001).

O Estado tem um papel preponderante neste processo desenvolvimentista, promovendo infra-estrutura e assegurando financiamentos de longo prazo. Esse modelo nacional-desenvolvimentista apoiava-se na idéia de que os benefícios do crescimento alcançariam toda a coletividade. No entanto, isso não foi constatado, como diz Plínio de Moura:

Cinco anos de desenvolvimentismo, sem a realização das promessas, revelaram que havia um antagonismo entre o ônus do seu financiamento e a apropriação dos benefícios que engendrou, apoiando seu custo cada

vez mais sobre os trabalhadores, impondo-lhes sacrifícios no atendimento de necessidades essenciais (MOURA, 2001, p.85).

Observando as distribuições de renda de 1960 e de 1970, essa evidência fica mais clara: o coeficiente de Gini passa de 0,497 em 1960 para 0,565 em 1970, os 10% mais ricos apropriavam 39,7% da renda em 1960 e 47,8% em 1970, assim como os 40% mais pobres possuíam 11,57% da renda em 1960, passando a ter 10% uma década depois. Todos os 90% da população, em ordem crescente de rendimento, tiveram suas cotas de apropriação de renda diminuídas entre 1960 e 1970, enquanto que os 10% mais ricos obtiveram um aumento de 20,5% em relação a 1960. Porém, como a renda média real da PEA cresceu 37% neste período, não houve perdas em termos de renda real.

Tabela 5. Comparação das Variações na Distribuição de Renda e na Renda Média (1960-1970)

Percentil Populacional	Variação da Apropriação de Renda entre 60 e 70 (%)	Variação da Renda Média entre 60 e 70 (%)	Variação da Renda Relativa entre 60 e 70 (%)
10 -	-5,13	28,00	0,00
10	-11,64	20,83	-13,04
10	-13,16	18,31	-11,80
10	-16,55	14,58	-15,22
10	-20,32	9,45	-18,04
10	-22,75	6,33	-28,33
10	-21,68	7,69	-21,28
10	-11,80	20,89	-10,20
10	-1,64	34,75	1,35
10+	20,50	66,87	22,02

Fonte: LANGONI, 1973.

Esse crescimento das desigualdades, que caracterizou a década de 1960, foi acompanhado por mudanças estruturais na composição da PEA: aumento do nível de escolaridade, aumento da população urbana em relação a rural, crescimento da importância do setor terciário e do setor secundário em detrimento do setor primário, dentre outras.

A abordagem mais discutida a respeito da concentração de renda nos anos 1960 corresponde a explicação dada por Carlos Langoni (1973) na obra intitulada *Distribuição*

da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. As variáveis impactantes na distribuição, que foram consideradas por Langoni, correspondem a variáveis estruturais, dado que as informações de distribuição disponíveis correspondem apenas aos dados censitários de 1960 e 1970, não havendo informação para a trajetória da distribuição entre 1961 e 1969.

Langoni (1973) analisa os efeitos distributivos das mudanças que ocorreram na composição regional, setorial e nas alterações qualitativas da força de trabalho. Para averiguar as conseqüências dessas mudanças, em termos de distribuição de renda, Langoni expõe os efeitos possíveis de cada uma delas: 1) *O impacto na participação relativa de cada grupo (secundário, terciário e primário, por exemplo) no total da PEA, sem que haja mudanças nas rendas médias ou no grau de concentração dentro de cada grupo*. A ampliação da participação relativa de um grupo com renda muito alta, se renda média e desigualdade não estão correlacionados, aumenta a desigualdade total, assim como a ampliação de um grupo de renda muito baixa produz o mesmo efeito. Isso porque aumenta o peso dos setores de renda muito alta ou muito baixa. No entanto, se nível de renda e grau de desigualdade estão negativamente correlacionados (grupo de alta renda com distribuição mais igualitária), um aumento na participação do grupo de maior renda, aumenta o grupo de distribuição igualitária, tendendo a menor desigualdade no total, porém, aumenta também o grupo de maior renda, tendendo a ampliação da desigualdade total. Não se pode definir qual efeito supera o outro. Mas se aumenta a participação do grupo de menor renda, aumenta o grupo de maior desigualdade e a participação do grupo de renda baixa, ambos fatores contribuindo para um aumento da desigualdade total. No caso da renda média e do grau de desigualdade dentro dos grupos serem diretamente correlacionados (grupos de alta renda com maior desigualdade), uma redução na participação relativa dos grupos de renda elevada, diminui o grupo de maior desigualdade, fator que contribui para a redução da desigualdade total, e diminui também a participação do grupo de menor renda, o que contribui para a diminuição da desigualdade, portanto, o resultado final, é inequivocadamente, redução da desigualdade total. 2) *O impacto de variações nas rendas médias de cada grupo*. Se a renda média de um grupo, que possui renda inicialmente mais elevada, aumenta a proporções maiores que os demais grupos, a divergência entre os

grupos aumenta, aumentando assim a desigualdade total. 3) *A variação da desigualdade dentro de cada grupo, com renda média e participação relativa de cada grupo constantes.* As desigualdades internas dos grupos estão, evidentemente, positivamente relacionadas com a desigualdade total (LANGONI, 1973).

Langoni segue sua obra estudando, pelas tendências relativas expostas acima, os impactos na distribuição causados pelas mudanças na distribuição setorial e regional da PEA. As mudanças observadas referem-se à renda média, desigualdade interna e participação relativa dos grupos na PEA. A tabela abaixo resume as principais mudanças:

Tabela 6. Comparações na Distribuição da Renda (Por Setor da PEA)

Setor	Varição, entre 60 e 70, na Participação na PEA (%)	Varição, entre 60 e 70, na Participação na Renda (%)	Varição, entre 60 e 70, da Renda Média (%)	Renda Média em 1960 (Cr\$/mês)	Varição, entre 60 e 70, do coeficiente de Gini (%)	Coeficiente de Gini em 1960
Primário	-13,98	-32,58	14,05	121,00	2,98	0,429
Secundário	29,52	33,30	40,23	256,00	20,03	0,417
Terciário	5,26	6,40	38,21	280,00	13,84	0,503

Fonte: LANGONI, 1973

O setor primário, entre 1960 e 1970, diminuiu 14% a sua participação relativa na PEA, enquanto que o setor urbano (secundário + terciário) cresceu 12% (o secundário cresceu 29,5%). A participação relativa do setor primário na renda total diminuiu 32,6% enquanto que o setor secundário cresce 33,3% .

Observando as taxas de desigualdade interna e as rendas dos diferentes setores, é possível perceber uma correlação positiva entre os mesmos.

Portanto, a redução na proporção de indivíduos do setor primário tem *coeteris paribus* dois efeitos opostos sobre a desigualdade da distribuição: um positivo, pelo menor peso para o grupo de renda baixa, e outro negativo que é o menor peso do grupo de menor intradesigualdade. É fácil antecipar que a contribuição líquida deste fator para a variação do índice agregado de concentração seja relativamente pequena (LANGONI, 1973, p.82).

O aumento das rendas médias dos setores secundário e terciário, que já eram maiores em 60, ajudou na piora da distribuição.

Em resumo, fica claro que as modificações ocorridas entre os diversos setores contribuíram, ainda que de maneira modesta, para o aumento de concentração. Entre as diversas componentes o maior impacto foi causado pelo aumento de desigualdade dentro de cada setor e particularmente, pelo que ocorreu no setor urbano (LANGONI, 1973. p.83).

Além dos impactos oriundos das mudanças estruturais analisadas, Langoni (1973) atribui o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970 a aspectos referentes a mudanças qualitativas na PEA, em especial mudanças em escolaridade. Três mudanças qualitativas são analisadas por Langoni: mudanças relacionadas a sexo, idade e escolaridade da PEA: 1) em relação à composição por sexo, observa-se um incremento do feminino, que passa de 17% para 20%. Isso aumenta o peso das rendas mais baixas. Porém, neste caso, nível de renda e desigualdade possuem fraca correlação. Os aumentos das rendas médias dos sexos masculino e feminino foram ambos de 38%; 2) em relação à faixa etária, existe correlação positiva entre nível de renda e índice de concentração dentro de cada grupo etário. O grupo dos mais jovens cresce em detrimento dos mais velhos. O efeito é ambíguo: cresce a parte de menor renda porém de desigualdade menor. No entanto, as rendas médias dos grupos mais abastados crescem, e o efeito é ampliação da desigualdade. As desigualdades internas também crescem e contribuem para o aumento da desigualdade total; 3) no que diz respeito à educação, verifica-se uma diminuição na participação dos analfabetos e crescimento dos outros grupos, principalmente colegial (96%) e superior (79%). A renda real dos analfabetos permanece inalterada no período. A situação do analfabeto concilia baixa demanda por suas tarefas com preços constantes. As desigualdades internas permanecem constantes para o nível superior e diminui para os analfabetos. Para os demais grupos há sensíveis aumentos de concentração. O pequeno aumento da desigualdade no setor primário pode estar associado à homogeneidade da mão de obra do setor (53% de analfabetos). Os níveis de escolaridade mais altos permitem maior mobilidade ocupacional e conseqüentemente diferenças internas (horizontais) mais elevadas. A maior participação dos grupos de renda mais alta foi compensada, em parte, pela redução de freqüência dos

níveis mais baixos (analfabetos). Porém, o efeito líquido é o de aumentar a desigualdade devido à magnitude dos ganhos nos níveis mais elevados de educação. A renda média dos grupos mais ricos ampliou-se. Isso contribuiu para ampliação da desigualdade total. O crescimento das desigualdades internas também contribuiu para o aumento da desigualdade total. O grupo dos analfabetos, justamente o de menor participação na renda, foi o único que melhorou a distribuição interna (LANGONI, 1973).

Tabela 7. Comparação da Distribuição de Renda por Sexo, Nível Educacional e Faixa Etária da PEA (1960 – 1970)

Grupos	Varição, entre 60 e 70, na Participação na PEA (%)	Varição, entre 60 e 70, na Participação na Renda (%)	Varição, entre 60 e 70, da Renda Média (%)	Renda Média em 1960 (Cr\$/mês)	Varição, entre 60 e 70, do coeficiente de Gini (%)	Coeficiente de Gini em 1960
<i>Sexo</i>						
Masculino	-4,45	-2,93	38,46	221	15,71	0,490
Feminino	22,05	23,31	38,81	130	3,26	0,527
<i>Educação</i>						
Analfabeto	-23,81	-44,18	0,00	111	-6,63	0,416
Primário	5,34	-12,62	13,74	211	10,30	0,418
Ginásio	55,62	24,23	9,54	440	17,03	0,439
Colegial	96,25	83,50	28,36	536	17,89	0,425
Superior	79,28	98,56	51,91	1.123	1,31	0,459
<i>Idade</i>						
10 a 14	19,70	-2,00	11,53	52	-4,35*	0,427*
15 a 19	13,47	-10,00	7,92	101	-4,35*	0,427*
20 a 24	6,18	-5,04	22,22	162	5,72	0,410
25 a 29	-3,52	-4,84	34,78	207	14,82	0,443
30 a 39	-4,91	-2,04	40,33	243	13,89	0,484
40 a 49	-1,04	11,54	53,39	251	14,51	0,514
50 a 59	-2,33	2,10	42,57	249	14,40	0,537
60 a 69	-8,74	-3,86	43,78	217	14,85	0,558
70 ou +	-21,69	-23,74	31,79	173	14,18	0,549

Fonte: LANGONI, 1973. Obs: * Referem-se a faixa etária dos 10 aos 19.

Verifica-se o aumento na renda relativa do grupo de nível superior e queda nos demais. Langoni explica assim este fato:

Como, efetivamente, durante o período a taxa de crescimento da oferta para o colegial e o superior foi bem maior do que para os outros níveis, parece haver poucas dúvidas de que o fator principal para explicar este comportamento foi a expansão diferenciada da demanda que beneficiou sensivelmente mais o grupo com educação superior. É lógico que, nessas circunstâncias, uma taxa de expansão da oferta de educação superior a um ritmo menor poderia ter resultado em acréscimo ainda maior da renda real deste grupo, contribuindo, *coeteris paribus*, para um aumento ainda mais acentuado da desigualdade global (LANGONI, 1973, p.97).

A análise que Langoni (1973) faz da relação entre distribuição de renda e desenvolvimento econômico conduz a uma interpretação plausível da ocorrência da curva em U invertido de Kuznets.

Inicialmente, o autor destaca a diferença entre nível de renda, que influenciará a distribuição de renda no setor tradicional, e taxa de crescimento, com peso na distribuição da renda no setor moderno. É também evidenciada a diferença entre crescimento econômico por absorção de fatores já existentes ou crescimento econômico movido por incorporação de novos fatores de produção. O primeiro tipo de crescimento está fadado a baixas taxas de crescimento e necessita de oferta elástica de fatores de produção. O segundo não depende de oferta elástica de fatores de produção, pois é motivado por investimentos em pesquisa e capital humano e tais investimentos são motivados exatamente por aumento dos custos de produção.

O setor tradicional possui homogeneização da mão-de-obra e também oferta elástica desse fator de produção. Portanto, a taxa de crescimento não acarreta diferenças no mercado de trabalho, o efeito é o mesmo para a única classe de trabalhadores. A rentabilidade entre as diferentes firmas possui pequena variância dado que as possibilidades de produção são rotineiras. Sendo a produtividade marginal do capital a mesma entre as firmas, as possibilidades de lucro estão associadas ao volume dos investimentos. Este depende das rendas passadas, do estoque atual de capital e das rendas futuras esperadas. Dessa forma, a desigualdade associada à remuneração do capital físico está positivamente correlacionada com o nível de renda. No setor moderno, a mão-de-obra é relativamente mais inelástica à medida que aumenta seu grau de qualificação. Isso implica em aumento nos diferenciais de

salários. Este fato se agrava se se considera que as novas tecnologias demandam mão-de-obra mais qualificada. As firmas do setor moderno irão possuir diferenças de produtividade e lucratividade a depender da tecnologia que empregarão em sua produção. Quanto maior for a taxa de crescimento, maior será a possibilidade de diferenças internas de remuneração do capital físico. Tais diferenças irão se transformar em diferenças pessoais da renda. Assim, a medida em que a produtividade marginal varia de firma para firma, a relação entre lucro e investimento fica enfraquecida e, por conseqüência, a relação entre nível de renda e grau de concentração (LANGONI, 1973).

Finalmente, como o processo de desenvolvimento pode ser caracterizado pela transformação de setores tradicionais em setores modernos, a discussão anterior fornece uma explicação lógica para encontrarmos, na fase de transição (isto é, de crescimento acelerado), uma correlação positiva entre taxa de crescimento e desigualdade. Ao mesmo tempo, à medida em que a taxa de crescimento assume valor mais estável com a economia já operando num nível de renda per capita mais elevada, as mesmas forças que atuaram, para provocar o aumento de desigualdade, irão contribuir para sua redução. Em particular, a estrutura qualitativa da força de trabalho deverá estar mais ajustada às características da demanda, bem como reduzidas as possibilidades de ganhos extraordinários pela utilização de novos fatores ou pela produção de novos produtos (LANGONI, 1973, p.190).

O debate na década 1970 se acirra com publicações de outros autores que buscam explicações para o acirramento das desigualdades diferente das dadas por Langoni. Cacciamali (2002) enumera algumas explicações distintas para a ampliação do grau de desigualdade entre as décadas de 1960 e 1970: 1) Fishlow (1972) atribui o aumento da desigualdade à política de intervenção no mercado de trabalho praticada pelo governo, sendo esta a origem da abertura do “leque salarial”. Segundo ele, tais políticas beneficiaram os trabalhadores no topo da hierarquia ocupacional e salarial. Hoffman e Duarte (1972) compartilham a idéia de que a política econômica sobre o mercado de trabalho foi a principal causa da abertura do “leque salarial”. A política salarial implementada a partir de 1965 promoveu reajustes salariais, para as diferentes categorias, abaixo da inflação, com a intenção de contê-la. O fim da lei da estabilidade no emprego promoveu maior rotatividade da mão-de-obra, especialmente entre os menos qualificados. Houve também forte repressão aos sindicatos, impedindo melhoras salariais. 2) Tavares (1969) e Bacha e Taylor (1975),

entendem a abertura do leque salarial por meio do comportamento da alta hierarquia das empresas, que apresentariam maiores condições de determinação do próprio salário. Os executivos e profissionais de nível superior têm maiores condições de ganhos salariais, visto que suas rendas derivam dos lucros das empresas, que apresentaram aumentos consideráveis no período. 3) Morley (1977) entende que o fortalecimento de mercados internos de trabalho no setor moderno da economia permitiu que salários maiores fossem fixados para os trabalhadores desses mercados.

3.2.2 O Unilateralismo dos Anos 90 e a Recente Queda da Desigualdade

As explicações a respeito das causas da desigualdade dadas nos anos 1970 formataram a chamada “controvérsia de 70”. De um lado Langoni (1973) colocava a desigualdade como consequência do crescimento econômico acelerado, que por dois efeitos elevam as desigualdades: o efeito Kuznets, dada as características deste crescimento nos anos 60; e a disparidade entre o sistema educacional e os avanços tecnológicos. Por outro lado, autores como Fishlow (1978) e Hoffman e Duarte (1972) atribuíam as desigualdades a fatores políticos, e não estruturais, como a compressão salarial e queda real de salário mínimo. Nos anos 1980 a discussão acerca das causas distributivas sai de pauta do debate econômico. Nos anos 1990 o tema é retomado com uma série de trabalhos que entre si possuem mais afinidades do que discordâncias. Gandra (2004) denomina essa tendência de estudos de “unilateralismo de 90”. Estes estudos caracterizam-se por apoiarem-se na teoria do capital humano e creditarem principalmente à questão educacional as causas da má distribuição de renda verificada nos anos 1980 e 1990. Se neste ponto os autores desta linha aproximam-se de Langoni, por outro se afastam, visto que rejeitam o efeito Kuznets. Estes estudos incorporam também variáveis de segmentação e discriminação no mercado de trabalho para explicar a desigualdade de renda. Este é o caso de Barros, Henriques e Mendonça (2000), que quantificam o peso de cada atributo na diferenciação salarial. Com utilização de procedimentos econométricos os autores identificam 59% das fontes da desigualdade pessoal da renda. Destas, 11% são geradas pelo mercado de trabalho, sendo 4% oriundas de discriminação de raça e principalmente de gênero e 7% oriundas de segmentação no mercado de trabalho (1% provinda de segmentação formal versus informal, 1% por

segmentação regional e 5% por segmentação setorial). Já os 48% restantes são reveladas no mercado de trabalho, sendo 2% decorrentes de experiência na ocupação, 7% correspondem à heterogeneidade ocupacional e 39% a heterogeneidade educacional.

Os trabalhos de Barros e co-autores prevalecem nos anos 90 como explicação para as causas da desigualdade, sempre enfatizando que o sistema educacional brasileiro não é eficiente para ofertar mão-de-obra qualificada ao ritmo de crescimento da demanda e buscando incorporar explicações que levem em conta a segmentação e discriminação no mercado de trabalho. Gandra (2004) evidencia trabalhos nos anos 90 que colocam a desigualdade de renda como oriunda das desigualdades de oportunidade, porém, sem perder o foco na questão educacional:

Estes modelos de determinação de desigualdade de oportunidades atentam principalmente para a má focalização dos gastos públicos educacionais que, de maneira geral, estão viesados em favor das classes mais abastadas. Eles mostram que os grupos econômicos mais fortes se apoderam do processo político de determinação dos gastos sociais. Como estes grupos têm condição de bancar a educação privada de boa qualidade para seus filhos, eles não se preocupam com a qualidade do sistema educacional público. Esta negligência gera uma situação de *path dependence*, que realimentará a desigualdade de renda da próxima geração. Ou seja, eles incorporam elementos políticos e luta de classes (muito embora a separação entre capitalistas e trabalhadores seja suprimida). Por outro lado, com base na Economia da Informação, o modelo mostra que, dada imperfeição no mercado de crédito (por conta de assimetria e falta de informação, *moral hazard*, etc.), os mais pobres não conseguem financiar educação privada de boa qualidade. (GANDRA, 2004. p. 9).

A desigualdade na distribuição pessoal da renda, como foi mostrada na introdução, vem caindo ano após ano desde 2001. A medição e as causas desta contínua queda passaram a ser investigadas sistematicamente. Em 2006, o IPEA convidou um grupo de especialistas e elaborou uma nota técnica que discutia a queda da desigualdade da renda familiar entre 2001 e 2004 ¹⁰. O relatório do IPEA buscou analisar os determinantes imediatos da redução

¹⁰ Após discussões iniciais que contaram com a colaboração de Ana Flávia Machado (Cedeplar/UFMG), André Urani (Ie), Angela Jorge (IBGE), Carlos Roberto Azzoni (FEA/USP), Francisco Ferreira (Banco Mundial), João Sabóia (UFRJ), José Márcio Camargo (PUC/RJ), Marcelo Néri (FGV/RJ), Maria Carolina Leme (FGV/SP), Naércio Menezes Filho (Ibm), Samir Cury (FGV/SP), Samuel Pessoa (EPGE-FGV), Sonia Rocha (Ie), Tatiane de Menezes (UFPe), além de diversos técnicos do Ipea, Marcelo Medeiros, Mirella de

nas disparidades de renda concentrando-se em cinco fatores: a) fatores demográficos; b) transferência de renda; c) rendimento de ativos; e d) mercado de trabalho.

Os fatores mais importantes na redução da desigualdade de renda familiar seriam a redução das disparidades da renda do trabalho e as transferências governamentais como aposentadorias, pensões públicas e o programa Bolsa Família. Conjuntamente, as transferências governamentais teriam contribuído com 30% da redução do índice de Gini para a renda *per capita* familiar. No âmbito do mercado de trabalho, a segmentação geográfica, segmentação entre trabalho formal e informal e a escolaridade do trabalhador, exerceram importante influência na redução do índice de Gini no período de 2001 a 2004. No que se refere à desigualdade educacional, neste período, a força de trabalho tornou-se ligeiramente mais homogênea, além do que, reduziram-se as disparidades nas rendas por nível de escolaridade. Estes dois efeitos educacionais proporcionaram uma queda de aproximadamente 15% no índice de Gini para as famílias entre 2001 e 2004 (IPEA, 2006).

Quanto à questão demográfica discutida no relatório, uma observação pode ser feita: o IPEA (2006) considera o aumento na proporção de adultos numa família como fator que reduz as disparidades de renda familiar. De fato, o índice de Gini para rendimento familiar foi impactado de forma a reduzir seu valor entre 2001 e 2004 por efeito da variável demográfica mencionada. No entanto, este fenômeno já estava presente em períodos de estagnação ou aumento da desigualdade de renda, visto que a proporção de adultos por família vem aumentando linearmente desde 1981, conforme gráfico do próprio IPEA (2006), e que, portanto, não pode ser uma explicação para a reversão da tendência histórica de ampliação da desigualdade de renda.

Carvalho, Sergei Soares e Ricardo Paes de Barros elaboram o texto preliminar e submeteram ao Comitê Internacional de Alto Nível, coordenado por Manuela Carneiro da Cunha, professora de antropologia na Universidade de Chicago, e que contou com a participação efetiva das seguintes personalidades: Alvaro Comin, presidente do Cebrap, François Bourguignon, vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, Glauco Arbix, sociólogo, professor da Universidade São Paulo (USP), James Heckman, professor da Universidade de Chicago e Prêmio Nobel de Economia, José Alexandre Scheinkman, professor de Economia da Universidade de Princeton, José Luis Machinea, secretário-executivo da Cepal, Luiz Henrique Proença Soares, presidente do Ipea, Nanak Kakwani, economista-chefe do Centro Internacional de Estudos da Pobreza do Pnud, Nora Lustig, diretora do Grupo de Pobreza do Pnud/Nova Iorque, e Rodolfo Hoffmann, professor de Economia na Universidade de Campinas.

Salm (2006) analisa criticamente o relatório do IPEA evidenciando fragilidades metodológicas. Sobre a nota técnica, ainda no início de seu texto, Salm aponta:

Misturam-se ali fatores que podem ter influência sobre a desigualdade, mas que são detectados normalmente em períodos bem mais longos - como os demográficos, os comportamentais (discriminações) ou os educacionais, com outros cujos impactos tendem a alterar a desigualdade em prazos mais curtos, como os programas oficiais de transferência de renda. Enquanto isso, outros fatores do mesmo gênero - caros aos desenvolvimentistas -, ou foram omitidos ou mereceram um tratamento bastante negligente (SALM, 2006. p. 280).

Assumindo uma postura desenvolvimentista, Salm (2006) busca demonstrar o caráter ortodoxo da análise do IPEA (2006), que buscou enfatizar mudanças na estrutura da oferta de mão-de-obra (cor da pele, escolaridade, sexo, etc...), ao invés, como sugere a agenda desenvolvimentista, de enfatizar mudanças na estrutura da demanda. Segundo o autor, seria crucial entender como mudanças nos preços relativos, influenciados por juros e câmbio, impactam ricos e pobres; como as variações no salário mínimo atuaram sobre a distribuição de renda; qual o papel do crescimento econômico na redução das desigualdades.

Para Salm (2006) o papel do crescimento econômico sobre a distribuição de renda é minimizado pelo relatório do IPEA quando este conclui que “...a *desigualdade de renda familiar no Brasil tem declinado desde 2001 de forma acentuada e continua. Como consequência reduziram-se a pobreza e a extrema pobreza*” (IPEA, 2006. pg 58). O autor percebe o equívoco nesta conclusão e inverte a relação: a redução da pobreza e extrema pobreza, fruto da qualidade do crescimento econômico, proporcionaram redução da desigualdade.

Queremos sublinhar, por ora, que a forma invertida de colocar a questão - a redução da pobreza leva a desconcentração -, que consideramos a mais correta, sugere que a prioridade deve ser o desenvolvimento, incluída a elevação da produtividade nas atividades que produzem bens-salário, o que permite reduzir a pobreza e, em consequência, a desigualdade (SALM, 2006. p. 283).

Também estudando a redução na desigualdade de renda no Brasil entre 2001 e 2004, Cacciamali e Camillo (2007) decompõe o índice de Gini, encontrando os efeitos renda e concentração para as diferentes fontes de renda. Para tanto, os autores utilizam a seguinte fórmula de decomposição:

$$\Delta G \equiv \sum_1^k (C^* \cdot \Delta Y + Y^* \cdot \Delta C) \quad (2)$$

Onde G corresponde ao índice de Gini, C é o coeficiente que mede o grau de desigualdade de cada tipo de renda selecionado e Y mede a participação relativa de cada renda selecionada na renda total. O sobrescrito * indica que o coeficiente está sendo medido pela média aritmética dos dois anos da análise (2001 e 2004). A identidade (2) nos diz que a variação total de Gini (ΔG) corresponde ao somatório, para k tipos de renda selecionados, de dois efeitos: o efeito-renda ($C^* \cdot \Delta Y$) e o efeito-concentração ($Y^* \cdot \Delta C$).

Três tipos de renda foram analisados por Cacciamali e Camillo (2007): renda do trabalho; renda proveniente de aposentadorias e pensões; e transferências públicas (Bolsa Família, LOAS e outros). A renda do trabalho, com 75% de participação na renda total em 2001 e 74% em 2004, como era de se esperar, contribuiu com o maior efeito sobre a variação da desigualdade entre 2001 e 2004, sendo responsável por 64% da redução do índice de Gini. Destes, 63,8% corresponde a efeito-concentração e 0,2% a efeito-renda. Já as transferências governamentais, com apenas 1% de participação na renda total em 2001 e 2% em 2004, contribuíram com 25,7% da redução do índice de Gini entre os dois anos, mostrando seu forte poder sobre a distribuição de renda. O efeito-renda deste tipo de rendimento foi responsável por 4,3% da queda total do índice de Gini, e o efeito-concentração pela queda de 21,4% da renda total. A participação relativa na renda total da renda proveniente de pensões e aposentadorias é de 20% em 2001 e 21% em 2004. O efeito total deste tipo de renda sobre a redução da desigualdade entre os anos da análise foi de 8,6%. Este resultado ratifica a renda do trabalho como principal fonte de renda associada à queda da desigualdade (CACCIAMALI; CAMILLO, 2007).

Utilizando a PNAD do IBGE e adotando a mesma metodologia, e analisando o movimento distributivo entre 1976 e 2004, com ênfase no período 2001 – 2004, Soares (2006) analisa o impacto de cinco diferentes tipos de renda sobre a distribuição. Entre 1995 e 2004 a renda do trabalho teria contribuído com 73% da variação de Gini e entre 2001 e 2004 com 68%. Aposentadorias e pensões indexadas ao salário mínimo contribuem com 28% no primeiro período e 10% no segundo. Outras aposentadorias e pensões possuem o efeito de concentrar renda, ao contrário dos outros quatro tipos de renda. Mais uma vez o programa Bolsa Família contribui significativamente com a redução da desigualdade, dessa vez agrupado no mesmo tipo de renda com juros e dividendos. Aluguéis, doações e outras rendas contribuem com 5% da queda do índice de Gini entre 1995 e 2004 e 1% quando a análise abrange 2001 a 2004. O efeito-renda total foi de 24% para o primeiro período e 21% para o segundo e o efeito-concentração foi de 75% para o período 1995 – 2004 e 79% para o período 2001 – 2004 (SOARES, 2006).

Uma das limitações do trabalho é justamente encontrar a dinâmica que faz com que os rendimentos do trabalho tenham tornado-se menos desiguais. Outra limitação, devidamente reconhecida pelo autor, diz respeito a subestimação dos rendimentos de capital devido a limitação da pesquisa domiciliar:

No país dos juros reais de 12% e carga tributária acima de 30% do PIB, não é possível fazer uma boa análise da distribuição de renda ignorando a distribuição funcional. Desde a obra seminal de Simon Kuznets (1955 e 1963), sabe-se que a distribuição interpessoal e a distribuição funcional têm fortes relações, embora estas sejam de longo prazo (SOARES, 2006. p. 26).

A maioria dos trabalhos que se empenham em entender a queda da desigualdade no princípio do século XXI enfoca explicações de cunho da Teoria do Capital Humano, em especial, enfatizam questões como a escolaridade do trabalhador e também questões de segmentação e discriminação no mercado de trabalho. Estes modelos de análise vêm prevalecendo nas discussões sobre distribuição de rendimento, deixando o foco centrado na oferta de mão-de-obra. É plausível supor que a relação entre oferta e demanda por trabalho qualificado caminhou no sentido de amenizar as desigualdades nos anos recentes. Neste

ponto, não há discordância entre os autores e tampouco com uma análise tipo Langoniana. No entanto, uma investigação com base no modelo de Kuznets, outrora valorizada por Langoni (1973), passou a ser rejeitada por autores contemporâneos, basicamente pelo modelo ter sido rejeitado em trabalhos empíricos com aplicações imprecisas e incoerentes com a teoria. Portanto, torna-se um dos objetivos do próximo capítulo, ao analisar as conseqüências sobre a distribuição de renda das mudanças estruturais na economia brasileira nas últimas décadas, observar se a dinâmica distributiva teorizada por Kuznets para uma economia em desenvolvimento é válida para o caso brasileiro.

4 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA E CONSEQÜÊNCIAS DISTRIBUTIVAS

Como foi visto no capítulo anterior, os trabalhos recentes sobre distribuição de renda focam questões de curto prazo, inclusive para explicar a queda na desigualdade de renda no Brasil. Pode-se questionar: as transferências de renda podem sozinhas explicar a reversão histórica da tendência distributiva no Brasil? A resposta é facilmente presumida quando se observa a contribuição desse tipo de fonte de renda para a redução dos índices de desigualdade: Soares (2006), IPEA (2006) e Cacciamali e Camillo (2007), a despeito de problemas de captação dessa fonte de renda pela PNAD, mostram que o efeito dos programas de transferência de renda sobre a desigualdade total não passa dos 25%. Evidente que é uma parcela significativa, o que corrobora a importância dos programas, em especial do Bolsa Família. No entanto, existem 75% de variação na desigualdade decorrentes de outras fontes de renda, principalmente da renda do trabalho, o que demonstra a insuficiência na tentativa de atribuir à políticas de curto prazo os resultados recentes na questão distributiva. O objetivo deste trabalho, como foi mencionado anteriormente, é justamente superar as análises imediatistas, investigando o comportamento da distribuição de renda no longo prazo e, por conseqüência, observar a recente redução da desigualdade como parte de um fenômeno mais amplo. Portanto, o objetivo primário deste capítulo é analisar as conseqüências distributivas das mudanças estruturais observadas no processo de crescimento econômico no Brasil nas últimas décadas. Para tanto, observar-se-á a economia brasileira considerando dois setores: um rural e outro urbano. Realizar uma investigação da relação entre crescimento econômico e distribuição de renda com este arcabouço, necessariamente implica numa análise *a la* Kuznets. Desta forma, pode-se testar se a economia brasileira comportou-se, na fase de desenvolvimento escolhida (1970 – 2006), como no modelo descrito por Kuznets (1955), e isto se torna objetivo secundário do presente capítulo.

Quando se considera, para a desigualdade de renda, valores médios de um grupo de anos, tal qual sugerido por Kuznets (1955), a distribuição de renda no Brasil porta-se de acordo com a dinâmica exposta no modelo do referido autor: inicialmente concentra renda, para

depois estabilizar e em seguida reduzir as desigualdades. Considerando a distribuição média de cada década, observa-se a trajetória demonstrada no gráfico abaixo:

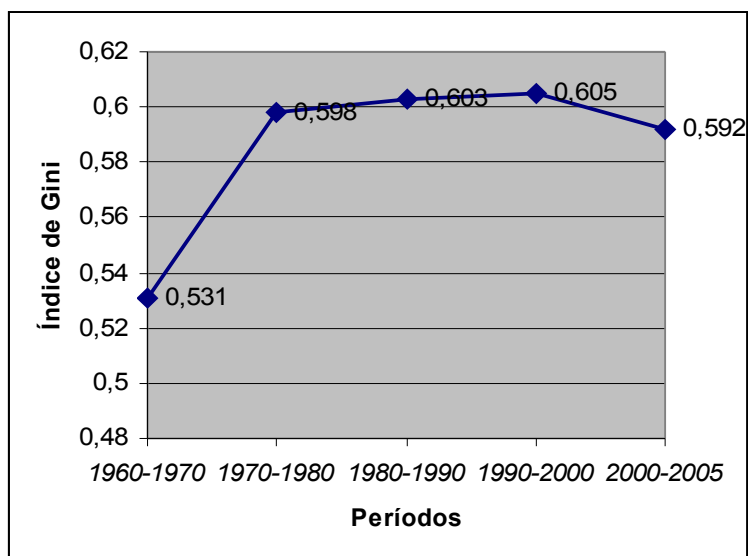


Gráfico 1. Índice de Gini para Diferentes Décadas (1960 – 2005)

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, pode-se perceber que os valores de Gini ampliam de 0,531, média entre 1960 e 1970; para 0,598 entre 1970 e 1980; passando para 0,603 na década de 1980; 0,605 na década de 1990 e reduzindo entre os anos de 2000 e 2005 para um valor médio de 0,592. Se se considera que nos anos anteriores a 1960 o índice de Gini também seguiu uma tendência concentracionista, pode-se afirmar que, claramente, a trajetória distributiva no Brasil seguiu uma tendência do tipo U invertido. No entanto, para afirmar que tal dinâmica deu-se conforme a teoria de Kuznets (1955) é preciso averiguar se as transformações previstas pelo autor para uma economia em desenvolvimento são válidas na economia brasileira no período abordado. Ao analisar o impacto das mudanças na estrutura da PEA, trazidas pelo crescimento econômico, sobre a distribuição de renda, este exercício estará também realizado. Para tanto, inicialmente, é necessário verificar se as hipóteses do modelo são observáveis para o caso brasileiro.

Considerando os objetivos expostos acima, o capítulo divide-se em mais três partes: na próxima sessão são analisadas as hipóteses de Kuznets para a economia brasileira, a fim de

verificar a aplicabilidade de seu modelo; em seguida as transformações referentes a participação dos setores urbano e rural na PEA são analisadas enquanto fatores a condicionar os movimentos distributivos e; por fim, é discutido o comportamento da distribuição de renda no Brasil frente ao crescimento econômico sob a ótica a teoria de Kuznets.

4.1 APLICABILIDADE DO MODELO DE KUZNETS

Para que as tendências relacionadas à distribuição de renda previstas por Kuznets sejam verificadas, são necessárias algumas condições básicas na estrutura da economia em desenvolvimento. São elas: crescimento econômico no longo prazo e diminuição acentuada do peso do setor agrícola em relação aos demais. É admitido ainda que a renda *per capita* do setor agrícola é menor que a do setor não-agrícola e que a distribuição de renda interna do setor agrícola não é menos equânime do que a do setor não-agrícola ¹¹.

O objetivo desta sessão é verificar se na economia brasileira, a partir de 1960, estas premissas são válidas. Para o caso do crescimento do setor industrial, que se dá de forma acentuada desde a década de 1930, será verificada que a ampliação significativa ocorre até meados dos anos 1980, apesar de que o efeito migração para zonas urbanas, fator demográfico de peso relevante na teoria de Kuznets, continua acentuado ainda após os períodos de crescimento industrial. Considerando a relevância do processo de industrialização, serão observados períodos anteriores a 1960 na análise desta premissa, no entanto a falta de dados sobre a distribuição de renda anteriores a este ano, impossibilita que se possa verificar a curva de Kuznets por completo. Este fato não impede que se possa testar a teoria do U invertido para o caso brasileiro. Poder-se-ia estar observando um período anterior ao ponto de máximo da curva de Kuznets, neste caso seria esperado que se iniciasse o processo de redistribuição, ou poderia ser que se estivesse à direita do ponto de máximo, o que deveria ser acompanhado por constante redistribuição.

¹¹ “As premissas básicas usadas são de que a renda per capita do setor B (não agrícola) é sempre maior do que a do setor A; de que a proporção do setor A no número total diminui; e de que a desigualdade da distribuição de renda dentro do setor A pode ser tão grande quanto a do setor B mas não maior” (KUSNETZ, 1955, p.12).

4.1.1 A Questão do Crescimento Econômico

A primeira premissa a ser analisada diz respeito à evolução econômica no longo prazo. A teoria de Kuznets refere-se a países em processo de desenvolvimento, e que, portanto, apresentam taxas de crescimento da renda *per capita* significativas. Deste modo, o primeiro passo é constatar tal evidência.

Observando a tabela 8 pode-se perceber a evolução positiva do PIB *per capita*, que era de R\$4.213,57, a preços de 2008, em 1960, evoluiu para R\$5.768,48 em 1970 e uma década depois o valor já havia quase dobrado, atingindo R\$10.107,50. A evolução do PIB na década de 80 foi irrisória. O PIB *per capita* diminuiu em 1985 para R\$9.692,01, em 1990 ele correspondia a R\$9.735,74. Em 2005 o PIB *per capita* era de R\$13.194,93, portanto uma evolução real de 213% do PIB *per capita* de 1960 para 2005.

Tabela 8. A Evolução do PIB per capita no Brasil de 1960 a 2000 (R\$ de 2008)

Período	PIB per capita (R\$)
1960	4.213,57
1965	4.503,60
1970	5.768,48
1975	8.093,36
1980	10.107,50
1985	9.692,01
1990	9.735,74
1995	10.510,32
2000	10.968,39
2005	13.194,93

Obs.: Reais de 2008. Correção pelo IGP-DI

Fonte: IPEA. Elaboração Própria.

Este é um crescimento bem acentuado e atende à primeira premissa investigada. O aumento das taxas de crescimento aparece durante o processo de industrialização que se inicia bem antes do período estudado. De 1901 a 1920 o PIB *per capita* cresceu apenas 17%, passando

de R\$950,00 a preços de 2008 para R\$1.115,00. Nesta época o crescimento industrial não provocava ainda um impacto considerável no PIB. Porém, em 1930, o PIB *per capita* equivalia a R\$1.497,00 e, em 1940, a R\$1.980,00. Quando se observa as quatro décadas que antecedem 1960, percebe-se uma evolução real de 280% do PIB *per capita*, que passa de R\$1.115,00 em 1920 para R\$4.213,00 em 1960, um crescimento mais acentuado do que o observado entre 1960 e 2005. Isso nos leva a concluir que o desenvolvimento econômico proporcionado pela industrialização decorre desde meados da década de 1930 e que a partir da década de 1980 se inicia o período de esfriamento. Ao analisar as transformações na estrutura da economia brasileira, poder-se-á averiguar o peso real da industrialização no processo de crescimento. Isso se dará na próxima seção.

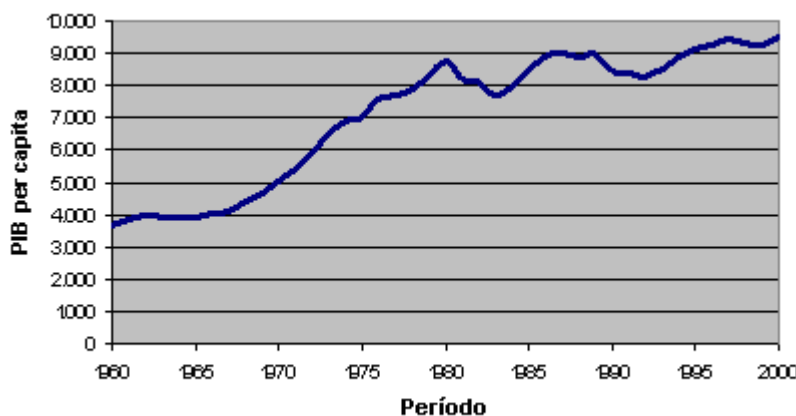


Gráfico 2. Evolução do PIB per capita entre 1960 e 2000 (R\$ de 2008)

Fonte: IBGE / SCN 1960 a 2006

4.1.2 Transformações na Estrutura da Economia Brasileira

Como já foi explicitado, para que seja válida a curva de Kuznets, é necessário que o peso do setor agrícola diminua em relação ao peso do setor não-agrícola (setores secundário e terciário), e que a produtividade do setor não-agrícola seja maior que a produtividade do setor agrícola. O objetivo desta seção é demonstrar que a economia brasileira, no período abordado, atende a tais critérios. Para isto, analisa-se a composição do PIB brasileiro de 1950 a 2005.

A tabela 9 exprime o crescimento da importância do setor industrial na economia brasileira. Através do valor adicionado de cada setor no PIB, pode-se perceber como o setor agrícola vai perdendo peso no tempo.

Tabela 9. Valor Adicionado dos Setores no PIB, em %. (1950 – 2005)

Período	Indústria	Agropecuária	Serviços
1950	24,96	25,08	49,96
1955	26,58	24,32	49,10
1960	33,19	18,28	48,53
1965	33,24	16,50	50,27
1970	38,30	12,35	49,35
1975	43,27	11,52	45,21
1980	44,09	10,89	45,02
1985	47,97	12,61	39,42
1990	38,69	8,10	53,22
1995	27,53	5,77	66,70
2000	27,74	5,60	66,66
2005	29,27	5,70	65,03

Fonte: IBGE / Sistema de Contas Nacionais 1950 a 2005.

O gráfico 3 mostra o valor adicionado (preços básicos - % do PIB), desde 1947, dos setores agropecuário, indústria e serviços, onde se inclui transporte, administração pública, comércio, comunicações, instituições financeiras dentre outros.

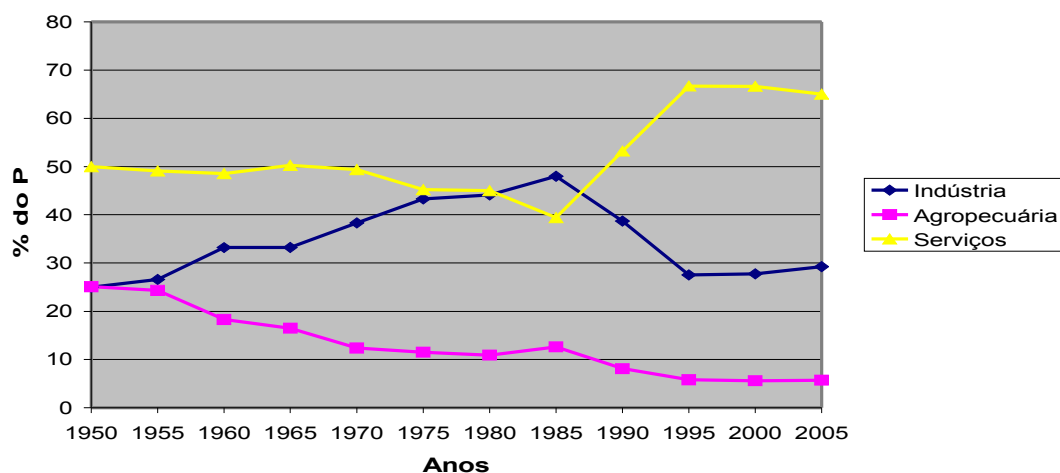


Gráfico 3. Valor adicionado dos setores no PIB (1950 – 2005)

Fonte: IBGE / SCN 1950 a 2005

Se se observa a linha do setor agropecuário e do setor indústria pode-se perceber a ascensão do último e o declínio do primeiro de forma acentuada. Em 1950 o crescimento do PIB era influenciado em 24,9% pela indústria e 25,1% pela agropecuária, em 1952 o valor adicionado da agropecuária superou o da indústria que foi de 24,97% enquanto o agropecuário foi de 25,81%. A partir de então a tendência de superação sobre o setor primário se acentuou. O valor adicionado do setor indústria atingiu 33,19% em 1960 e o setor agropecuário 18,28%. Essa dinâmica continuou e em 1980 os valores adicionados dos setores secundário e primário equivaliam, respectivamente, a 44,09% e 10,89% do PIB. Na década de 1990 a indústria passa a adicionar valor ao PIB de forma decrescente ao passo que o contrário acontece ao setor de serviços. Em 2005 os valores adicionados da indústria e agropecuária correspondiam, respectivamente, a 29,27% e 5,7% do PIB.

Esse processo de superação do modelo tipicamente agrário foi acompanhado por forte efeito migratório. Assim, o processo de desenvolvimento combinou crescimento do setor industrial com elevação da população urbana em relação a população rural. A tabela 10 e o gráfico 4 mostram este fato.

Tabela 10. Distribuição da População Urbana e Rural no Brasil (1950 – 2000)

Ano	População Urbana		População Rural	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
1950	18.782.891	36,2%	33.161.506	63,8%
1960	31.303.034	44,7%	38.767.423	55,3%
1970	52.084.984	55,9%	41.054.053	44,1%
1980	80.437.327	67,6%	38.573.725	32,4%
1991	110.990.990	75,6%	35.834.485	24,4%
2000	137.953.959	81,2%	31.845.211	18,8%

Fonte: IBGE / Censos Demográficos 1960 a 2000.

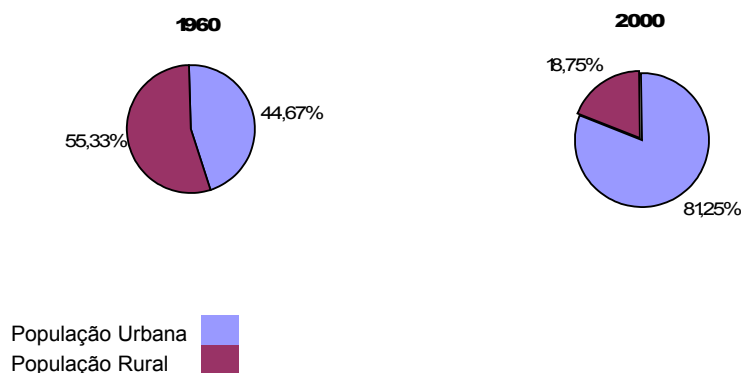


Gráfico 4. Distribuição da População no Brasil.

Fonte: IBGE / Censo Demográfico 1960 - 2000

O movimento migratório deu-se em direção às zonas industrializadas. A força das migrações internas pode ser constatada ao se observar as taxas de incremento das populações rurais e urbanas apresentadas na tabela 11.

Tabela 11. Incremento Anual da População Urbana e Rural no Brasil (1940-2000)

Taxa Média Geométrica de Incremento Anual da População Residente						
	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Urbana	3,91	5,15	5,22	4,44	2,97	2,45
Rural	1,6	1,55	0,57	0,62	-0,67	-1,32
Total	2,39	2,99	2,89	2,48	1,93	1,63

Fonte: IBGE / Censo Demográfico 1940 - 2000

Durante o período de crescimento do setor industrial a população urbana cresce a taxas superiores às da população rural. A taxa média geométrica de incremento da população urbana passa de 3,91 na década de 1940 para 5,15 para a década de 1950 enquanto que a mesma taxa para a população rural passa de 1,60 na década de 1940 para 1,55 na década de 1950. A diferença da taxa de incremento da população urbana para a rural continua em expansão na década de 1960 quando os valores correspondem a 5,22 e 0,57 respectivamente. Nas décadas de 1980 e 1990 as taxas de incremento da população caem, sendo que as taxas da população rural tornam-se negativas, ou seja, a população rural diminui em números absolutos.

Esse movimento de urbanização, em grande parte motivado pelo êxodo rural, é um dos elementos que caracterizam um país em processo de desenvolvimento tal qual ele foi definido por Kuznets e, portanto, viável de apresentar uma curva de longo prazo de distribuição da renda, desde que apresente também as demais características necessárias, em forma de U invertido.

Uma outra condição para que seja esperada a realização da curva de Kuznets diz respeito às produtividades dos setores agrícola e não agrícola. Como foi explicado no segundo capítulo, a produtividade do setor industrial de um país em desenvolvimento, segundo Kuznets, deve ser superior a produtividade do setor agrícola. Portanto, a renda per capita do setor urbano deve ser maior que a renda per capita do setor rural. A tabela abaixo mostra a validade dessa condição para o caso brasileiro utilizando os índices de renda per capita dos setores em relação a renda per capita total.

Tabela 12. Índice da Renda per Capita Setorial pela Renda per Capita Total (1960 a 2000)

Ano	Relação Entre Renda per Capita Urbana e Renda per Capita Total	Relação Entre Renda per Capita Rural e Renda per Capita Total
1960	1,33	0,59
1970	1,38	0,49
1980	1,17	0,51
1991	1,13	0,45
2000	1,09	0,47

Fonte: Cálculos a partir dos Censos (1960 - 2000). IBGE

Os dados apontam a maior produtividade do setor urbano em todas as décadas. É verdade que a partir da década de 1980 a relação entre a renda *per capita* urbana e a renda *per capita* total passa a decrescer. No entanto, a maior produtividade do setor urbano em relação ao setor rural é válida para todo o período analisado, o que corrobora a premissa de Kuznets para o caso brasileiro.

E como se comportaram as distribuições internas dos setores rural e urbano entre 1960 e 2000? A tabela 13 mostra as distribuições de renda dos setores rural e urbano, medidas pela diferença entre os quintis superior e inferior da população¹².

Tabela 13. Distribuição de Renda nos Setores Rural e Urbano (1960 – 2000)

Distribuição Interna da Renda Pessoal nos Setores Rural e Urbano					
<i>Quintis da população</i>	<i>Porcentagem de apropriação da renda</i>				
Setor Urbano	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
1º Quintil	3,28	3,21	3,38	2,73	3,11
2º Quintil	9,54	7,59	6,95	5,39	5,94
3º Quintil	14,21	11,27	9,16	9,41	9,37
4º Quintil	20,62	18,05	18,59	17,24	16,22
5º Quintil	52,35	59,88	61,93	65,23	65,95
Diferença entre quintil superior e inferior	49,07	56,67	58,55	62,50	62,84
Setor Rural	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>
1º Quintil	5,13	5,35	5,40	4,37	3,52
2º Quintil	9,78	10,05	8,69	7,48	8,10
3º Quintil	14,95	14,15	11,06	10,62	10,79
4º Quintil	22,26	20,19	19,10	17,24	17,29
5º Quintil	47,87	50,24	55,74	60,28	60,30
Diferença entre quintil superior e inferior	42,74	44,89	50,34	55,91	56,78

Fonte: Censos Demográficos 1960,1970,1981,2000. IBGE. Elaboração própria.

Este quadro comprova a validade da premissa de Kuznets que diz que distribuição de renda no setor urbano é mais desigual que no setor rural. O resultado é válido para todos os anos observados. Percebe-se também aumento da concentração de renda, tanto no setor urbano quanto no rural, de uma década para a outra. A diferença entre o quintil mais rico e o mais pobre, no setor urbano, passa de 49,07 para 62,84 entre 1960 e 2000, e de 42,74 para 56,78 no setor rural no mesmo período. Nos anos em que houve pequena melhora na apropriação do primeiro quintil, o quinto quintil elevou sua quota de renda numa proporção maior. Em 1980, por exemplo, a quota do quintil inferior do setor urbano era de 3,38% da renda (contra 3,28% em 1960 e 3,11% em 1970), porém o quintil superior passou de 52,35% em 1960 para 61,93% da renda em 1980.

Pôde-se verificar que a distribuição de renda no Brasil, entre 1960 e 2005, frente a um processo de industrialização e crescimento econômico, comportou-se conforme o modelo

¹² A diferença entre quintis foi a forma de mensurar graus de desigualdade adotada por Kuznets.

de Kuznets (1955) para países em desenvolvimento. Apesar de verificar a presença das premissas do modelo do referido autor para este período na economia brasileira, torna-se necessário ainda entender se a dinâmica por detrás da trajetória distributiva atendeu à lógica descrita no modelo ¹³. Essa dinâmica pode ser entendida, numa análise dualista da economia, observando as transformações estruturais referentes à participação dos setores urbano e rural, tanto quanto ao rendimento médio, quanto à participação do trabalho de cada setor, assim como quanto à distribuição interna de renda de cada setor. Esta análise, portanto, segue a metodologia de Langoni (1973), e é efetuada na próxima seção.

4.2 MUDANÇAS SETORIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL(1970–2006)

Para analisar as conseqüências distributivas das mudanças referentes a composição da PEA, seguir-se-á a metodologia utilizado por Langoni (1973), exposto na seção 3.2.1, porém resumindo a análise aos setores rurais e urbano. Deve-se ressaltar que no caso brasileiro o setor que possui maior renda *per capita* também é o setor mais desigual, portanto, se se amplia a participação relativa do setor de maior renda, o setor urbano, aumenta-se também a desigualdade total, pois aumenta a participação do setor de maior renda e maior desigualdade.

Optou-se por dividir o estudo em duas etapas: a primeira, utilizando dados censitários, compara os resultados nas décadas de 1970, 1980 e 1990; a segunda, utilizando dados da PNAD para cobrir o início dos anos 2000.

4.2.1 Crescimento econômico e mudanças na PEA: uma análise com dados censitários (1970 – 2000)

Observou-se na seção 3.2.1 que a desigualdade na década de 1960 aumentou, em parte, pelas alterações ocorridas nos rendimentos médios setoriais, assim como nas desigualdades internas e na participação dos setores econômicos na composição da PEA. Houve redução de 14% da participação do setor primário na PEA e crescimento dos setores secundário e

¹³ Verificar as hipóteses de Kuznets (1955) justifica-se por dúvidas geradas pelo processo de mecanização do setor rural: o surgimento da heterogeneidade do trabalho no campo teria tornado a distribuição deste setor mais desigual que a urbana? As melhorias técnicas teriam tornado este setor mais produtivo do que o urbano? Constatou-se que apesar da produtividade ter-se elevado e a desigualdade aumentado no campo, em nenhum momento estes parâmetros tornam-se mais elevados ou desiguais do que no setor urbano.

terciário em 5,3% e 29,5% respectivamente. Tanto as rendas médias como as desigualdades internas aumentaram proporcionalmente muito mais nos setores secundário e terciário do que no setor primário. Estes fatores tiveram sua contribuição para a elevação da desigualdade total em 13,7% quando mensurada pelo coeficiente de Gini. Como as alterações referentes as características setoriais, nas décadas seguintes, impactaram sobre a distribuição de renda? Esta questão é o cerne deste tópico, para respondê-la é preciso inicialmente observar o comportamento distributivo nas décadas em análise.

Verifica-se pela tabela 14 que o período de maior acirramento das desigualdades, observando os anos censitários, é entre 1960 e 1970. Entre 1970 e 1980 Gini cresce 5%, crescendo 8% no período seguinte e decaindo 4% entre 1991 e 2000.

Tabela 14. Índice de Gini – Anos Seleccionados

Ano	Gini
1960	0,497
1970	0,565
1980	0,592
1991	0,637
2000	0,611

Fonte: Censos Demográficos 1960-2000. IBGE

Considerando as médias nas décadas, têm-se a seguinte variação:

Tabela 15. Variação das Médias Decenais do Índice de Gini

Décadas	Variação na média decenal do índice de Gini
1960 -1970	0,126
1970 -1980	0,008
1980 - 1990	0,003
1990 - 2000	-0,021

Fonte: Elaboração própria. Cálculos utilizando Censos Demográficos de 1960 a 2000 e PNADs 1976 a 2006.

Com base nas médias decenais observa-se uma variação decrescente: a desigualdade aumenta 12,6% quando se compara a década de 1970 com a de 1960, aproximadamente 1% quando a comparação é entre as décadas de 1980 e 1970, 0,3% quando refere-se a década de 1990 em relação a de 1980 e decai 2,1% quando se compara os primeiros resultados dos anos 2000 com os anos 1990.

Para analisar o impacto sobre a distribuição de renda das transformações trazidas pelo crescimento econômico, observando a dinâmica entre um setor mais produtivo e desigual e um setor menos produtivo e mais equânime, tal qual o estudo de Kuznets (1955), utilizar-se-á a metodologia de Langoni (1973), destacando portanto as mudanças referentes a participação relativa dos trabalhadores do setor no total da PEA; o rendimento relativo dos trabalhadores de cada setor no total da PEA e a distribuição de renda interna de cada setor. A estatística obtida dos dados censitários, para as três variáveis selecionadas, é exposta na tabela 16:

Tabela 16. Mudanças Estruturais nos Setores Urbano e Rural (1970 – 2000)

Setor	Participação na PEA (%)				Renda Relativa				Diferença entre quintis superior e inferior			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Urbano	0,599	0,738	0,809	0,852	1,38	1,17	1,13	1,09	0,567	0,586	0,625	0,628
Rural	0,401	0,262	0,191	0,148	0,49	0,51	0,45	0,47	0,449	0,503	0,559	0,568

Fonte: Elaboração própria. Cálculos utilizando os Censos Demográficos IBGE 1970 a 2000.

Quanto à participação na PEA, observa-se que o setor urbano ganha peso década a década, saindo de 60% em 1970 para 85% do total dos trabalhadores com remuneração da PEA em 2000. A redução da participação do setor rural é acompanhada por elevação da desigualdade neste setor. Notadamente, a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres aumenta entre 1970 e 2000 em ambos os setores, passando de 56,7% em 1970 para 62,8% em 2000 no setor urbano e de 44,9% para 56,8% no rural. Em 1960 as diferenças entre os quintis superior e inferior eram 49,07% no setor urbano e 42,74% no rural. Já em relação as rendas *per capita*s, sabe-se que as rendas médias aumentam em ambos os setores, porém com a renda do setor urbano sempre maior que a rural em termos absolutos, de forma que o setor urbano apresenta renda relativa superior em todas as décadas

observadas. É importante verificar como as variações nestes parâmetros afetaram a distribuição de renda sem desconsiderar as conjunturas e políticas nas décadas específicas.

4.2.1.1 Milagre Econômico e Concentração de Renda nos Anos 70

O Brasil, na década de 1970, apresentou altas taxas de crescimento econômico. Ainda no final da década de 1960 teve início o chamado “milagre econômico”, período no qual a taxa de crescimento econômico aumenta de forma acentuada, chegando a atingir 14% em 1973. Depois deste ano as taxas decaíram um pouco, mas ainda assim podem ser consideradas altas taxas de crescimento. A indústria também apresenta taxas elevadas de crescimento, até 1976 acima do crescimento do PIB, sendo portanto, peça fundamental para o desenvolvimento econômico do País no período.

Tabela 17. Taxas de Crescimento do PIB e da Indústria (1970-1980)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da Indústria (%)
1970	10,4	11,9
1971	11,3	11,8
1972	11,9	14,2
1973	14,0	17,0
1974	8,2	8,5
1975	5,2	6,2
1976	10,3	10,7
1977	4,9	3,9
1978	5,0	6,4
1979	6,8	6,8
1980	9,2	9,2

Fonte: MOURA, 2001

O período apresentou uma extraordinária taxa média de crescimento de 8,84% ao ano. Já a indústria apresentou uma taxa média de crescimento de 9,69% ao ano. Ela caracteriza-se como alavancadora do crescimento econômico, até que em 1977 cresce abaixo da taxa de crescimento do PIB, voltando a recuperar importância em 1978, quando cresce 6,4% contra 5% do PIB.

Essas altas taxas de crescimento proporcionaram, assim como na década de 1960, ganhos reais para todas as camadas populacionais. Esses ganhos foram acompanhados por concentração de renda, porém, não tão intensas como os das décadas de 1960. O coeficiente de Gini passa de 0,565 em 1970, para 0,592 em 1980, uma ampliação de 4,8%, contra os 13,7% da década de 1960.

Um dos fatores, que pode ter contribuído para a desaceleração da concentração, foi o fim da política oficial de indexação salarial, que comprimia o piso salarial das diferentes categorias, aliado a reorganização do movimento sindical após 1976 (CACCIAMALI, 2002). De fato, os sindicatos conseguiram reajustes maiores para os estratos inferiores da escala salarial. Por outro lado, a inflação, medida pelo IGP-DI da FGV, apresentou aumentos significativos a partir de 1976, quando atinge 46,27% no ano. Se as políticas restritivas dos anos 60 frearam a inflação, apesar do crescimento econômico, nos anos 70 ela passa de 19,27% ao ano em 1970 para 110,23% em 1980.

Observando as desigualdades, medidas pela diferença entre o quintil superior e inferior da população, dos setores rural e urbano, percebe-se que, na década de 1970, o setor rural foi o que marginalmente mais concentrou renda, diferente do ocorrido na década de 1960, quando o setor urbano foi o responsável pela concentração de renda.

Tabela 18. Mudanças na Apropriação da Renda (Setores Rural e Urbano)

Quintis da população	Porcentagem de apropriação da renda (%)			Variação na apropriação da renda (%)	
	1960	1970	1980	1960-1970	1970-1980
Setor Urbano					
1º Quintil	3,28	3,21	3,38	-2,13	5,30
2º Quintil	9,54	7,59	6,95	-20,44	-8,43
3º Quintil	14,21	11,27	9,16	-20,69	-18,72
4º Quintil	20,62	18,05	18,59	-12,46	2,99
5º Quintil	52,35	59,88	61,93	14,38	3,42
Diferença entre o quintil superior e inferior	49,07	56,67	58,55	15,49	3,32
Setor Rural					
1º Quintil	5,13	5,35	5,4	4,29	0,93
2º Quintil	9,78	10,05	8,69	2,76	-13,53
3º Quintil	14,95	14,15	11,06	-5,35	-21,84
4º Quintil	22,26	20,19	19,1	-9,30	-5,40
5º Quintil	47,87	50,24	55,74	4,95	10,95
Diferença entre o quintil superior e inferior	42,74	44,89	50,34	5,03	12,14

Fonte: IBGE 1960, 1970 e 1980. Elaboração Própria.

A desigualdade do setor urbano, medida pela diferença entre os quintis superior e inferior, cresceu 3,32% na década de 1970 contra 15,49% na década anterior. Na década de 1960, os 80% mais pobres da população perderam em termos de apropriação de renda, enquanto que os 20% mais ricos aumentaram sua renda em 14,38%. Já em 1970, há um ganho correspondente a 5,3%, em relação a 1960, no quintil mais pobre, além de ganhos nos 40% mais ricos. No setor rural acontece o inverso: as mudanças na apropriação da renda entre 1960 e 1970 revelam que os 40% mais pobres e os 20% mais ricos ganham em termos relativos. A variação na diferença entre os quintis superior e inferior corresponde a 5,03% entre 1960 e 1970. Nos dez anos seguintes, essa variação corresponde a 12,14%. O aumento de concentração no setor rural é caracterizado por perda do 2º, 3º e 4º quintil, sendo que o quintil superior aumenta sua renda em 10,95%.

Esse resultado pode ser creditado ao processo de modernização da agricultura. Maria Cacciamali também concorda com este raciocínio:

Entre diferentes implicações, o número de assalariados no campo aumentou em detrimento do número de trabalhadores sem remuneração. Um maior número de pessoas economicamente ativas ingressou no

mercado de trabalho rural na base da estrutura de rendimentos, tendendo a aumentar o grau de desigualdade (CACCIAMALI, 2002, p.16).

E como as mudanças estruturais vieram a impactar a distribuição de renda? A tabela 19 sintetiza as variações ocorridas no âmbito da PEA com rendimento:

Tabela 19. Variações nos Parâmetros Seleccionados (1970 – 1980)

<i>Setor</i>	Variação 1970-1980 (%)		
	α	β	τ
Urbano	-15,22	23,21	3,32
Rural	4,08	-34,66	12,14

α = Renda relativa

β = Fração populacional do grupo

τ = Diferença entre os quintis superior e inferior

Fonte: Elaboração Própria

A redução da renda relativa do setor urbano, acompanhada pelo aumento da renda relativa do setor rural, decorre evidentemente da ampliação relativa da renda média do setor rural. Este fator faz crescer a renda do setor mais equânime, o que contribui favoravelmente a redução da desigualdade total. Porém, a forte ampliação do setor mais desigual, que cresce em participação na PEA em 23%, contribui para o acirramento das desigualdades. Já as diferenças entre os quintis setoriais apontam inequivocamente para a ampliação da desigualdade total. Verifica-se que os dois setores ampliam suas desigualdades internas, com o setor rural em ritmo mais acelerado de concentração de renda. Portanto, pode-se afirmar que os efeitos das mudanças na participação relativa setorial e nas distribuições internas de renda suplantam o efeito das rendas relativas, visto que, como se pôde observar, o índice de Gini cresce 5% numa comparação entre os dois anos.

4.2.1.2 O Comportamento Distributivo na Década de 1980

A economia brasileira nos anos 80 é marcada pelas baixas taxas de crescimento, por aumento do déficit público e por altos índices de inflação. Enquanto de 1947 a 1979 o PIB brasileiro cresceu por volta de 7% ao ano, na década de 1980 o crescimento médio foi de

aproximadamente 3%. A renda per capita manteve-se constante. Por outro lado, a inflação cresceu continuamente, atingindo os 2.012% no ano de 89.

Tabela 20. Crescimento do PIB e Taxa de Inflação (1980 – 1989)

Ano	Crescimento do PIB (%)	IGP-DI
1980	9,3	110,56
1981	-4,3	94,94
1982	0,8	102,3
1983	-2,9	212,08
1984	5,4	227,95
1985	7,8	242,68
1986	7,5	60,95
1987	3,5	431,94
1988	-0,1	1.117,86
1989	3,2	2.012,55

Fonte: WWW.ipeadata.gov.br

Apenas em 1980 a economia brasileira cresceu acima da média da década de 70, chegando a decrescer em 1981, 1983 e 1988. O triênio 1981, 1982 e 1983 foi marcado por forte recessão. A política econômica adotada neste período foi de caráter ortodoxo, marcada pelo controle das despesas públicas e dos gastos das estatais; e contração da liquidez real e do crédito.

Em 1983, prosseguiu a política de contração da demanda. A maxidesvalorização cambial de 30% efetuada em Fevereiro de 1983, associada a um choque agrícola, acelerou a inflação, que atingiu a marca anual de 212%. A aceleração da inflação, aliada a desindexação parcial dos salários, provocou uma queda de 15% no poder de compra dos assalariados. A queda do PIB foi de 2,8%, enquanto o produto industrial caiu 5,2%, provocando uma taxa de desemprego de 7,5% entre o pessoal ligado a produção. O setor de bens de capital sofreu uma queda de 19%, acumulando uma retração na produção de 55% no período 1981/1983. A ampliação da capacidade produtiva desse setor, ocorrida com o II PND, foi praticamente pulverizada. A queda na produção de bens intermediários foi de somente 2,5%, contra 5% na de bens não-duráveis e 1% na de bens duráveis. A recessão 1981/1983 provocou uma perda de 11% na renda per capita, situação somente enfrentada pelo país na grande depressão (MARQUES, 2000. p. 136).

A queda na renda *per capita* e também, altas taxas de inflação e a conseqüente perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora, e ainda o aumento do desemprego, não poderiam

gerar outro efeito que não o aumento da concentração de renda. Em 1984 a economia retoma o crescimento, e o coeficiente de Gini diminui, indicando uma melhor distribuição em relação aos anos anteriores. Porém a relação entre crescimento da renda e coeficiente de Gini não segue a tendência inversa que se apresentou entre 1980 e 1984. Em 1985, apesar do crescimento econômico, a renda volta a concentrar, como mostra a tabela 21.

Tabela 21. Variações no Coeficiente de Gini e no PIB na década de 80

Ano	Coeficiente de Gini	Variação de Gini (%)	Variação no PIB (%)
1981	0,587		-4,30
1982	0,595	1,36	0,80
1983	0,599	0,67	-2,90
1984	0,593	-1,00	5,40
1985	0,601	1,35	7,80
1986	0,590	-1,83	7,50
1987	0,603	2,20	3,50
1988	0,619	2,65	-0,10
1989	0,637	2,91	3,20

Fonte: WWW.ipeadata.gov.br. Elaboração Própria.

O coeficiente de Gini passa de 0,587 em 1981 para 0,637 em 1989, um crescimento de 8,5%. A média do coeficiente de Gini na década foi de 0,607, contra uma média de 0,598 na década anterior. Com base nos dados expostos, pode-se afirmar que a inflação e os sistemas de indexação foram responsáveis por transferência de renda a favor dos estratos superiores da distribuição.

A mensuração da desigualdade, medida pela diferença entre o quintil superior e inferior de apropriação de renda pela população, dos setores urbano e rural, mostra que a renda concentrou mais uma vez com mais intensidade na zona rural. Apesar da concentração de renda continuar mais acentuada no setor urbano nos dois anos em análise, a variação da desigualdade, que se amplia nos dois setores, cresce em maior proporção na zona rural. O quintil mais pobre da população urbana detinha somente 3,38% da renda em 1980, enquanto que os 20% mais ricos detinham 61,93% da renda. Em 1991 o quintil mais pobre passa a ter somente 2,73% da renda, enquanto o quintil superior aumenta sua cota para 65,23% do rendimento total. Na zona rural a desigualdade se acirra com mais intensidade:

os 20% mais pobres passam de 5,4% para 4,4% de apropriação de renda, enquanto os 20% mais ricos ampliam de 55,7% para 60,3% entre 1980 e 1991. A tabela 22 mostra as variações ocorridas na apropriação da renda pela população.

Tabela 22. Apropriação da Renda nos Setores Rural e Urbano (1980 e 1991)

<i>Quintis da população</i>	<i>Apropriação da Renda (%)</i>		<i>Variação (%)</i>
	<i>1980</i>	<i>1991</i>	
Setor Urbano			<i>1980 - 1991</i>
1º Quintil	3,38	2,73	-19,23
2º Quintil	6,95	5,39	-22,45
3º Quintil	9,16	9,41	2,73
4º Quintil	18,59	17,24	-7,26
5º Quintil	61,93	65,23	5,33
Diferença entre quintil superior e inferior	58,55	62,5	6,75
Setor Rural			<i>1980 - 1991</i>
1º Quintil	5,4	4,37	-19,07
2º Quintil	8,69	7,48	-13,92
3º Quintil	11,06	10,62	-3,98
4º Quintil	19,1	17,24	-9,74
5º Quintil	55,74	60,28	8,14
Diferença entre quintil superior e inferior	50,34	55,91	11,06

Fonte: IBGE, 1980, 1991. Elaboração própria.

A tabela acima mostra que entre 1980 e 1991 os quatro primeiros quintis da população rural e o 1º, 2º e 4º quintil da população urbana perderam renda, enquanto que os quintis superiores de ambos os setores ganharam renda. Isso implica em maior diferença entre a camada mais abastada e a mais pobre do país, sendo que a diferença entre o quintil superior e inferior da população cresceu 6,75% na zona urbana e 11,6% na zona rural.

Os anos 80 apresentam uma novidade em relação aos anos 60 e 70: o nível de crescimento menos acentuado. Isto caracteriza o período como uma fase de desaceleração do ritmo de desenvolvimento do país, portanto, um período no qual, segundo a teoria do U invertido de Kuznets, podem ser esperados sinais de mudança na trajetória distributiva. Pôde-se verificar que a despeito do crescimento de 8% do índice de Gini quando se compara 1980 a 1970, o mesmo índice cresce somente 3% quando se compara as médias decenais com base nas PNADS. As mudanças estruturais podem evidenciar alguma particularidade do período quanto à dinâmica distributiva. Estas estão mensuradas na tabela 23 e, além dos

mencionados aspectos conjunturais, servem de base para o entendimento do comportamento distributivo na década de 1980.

Tabela 23. Variação nos Parâmetros Seleccionados (1980 – 1991)

<i>Setor</i>	Variação 1980 - 1991 (%)		
	α	β	τ
Urbano	-3,42	9,62	6,75
Rural	-11,76	-27,10	11,06

α = Renda relativa

β = Fração populacional do grupo

τ = Diferença entre os quintis superior e inferior

Fonte: Elaboração Própria

Mais uma vez observa-se uma diminuição considerável da participação na PEA do setor rural. O crescimento da população economicamente ativa com rendimento na zona urbana foi de 9,6%, acompanhada de uma diminuição de 27% da participação de trabalhadores da zona rural. O forte distanciamento dos grupos, apesar de não tão acirrados como nas décadas anteriores, contribuem para elevar a desigualdade total, visto que desigualdade de renda e rendimento relativo são diretamente relacionados (conforme tabela 16). A desigualdade total aumenta também pela queda relativa da renda do setor rural. A renda relativa do setor urbano diminui em proporções menores que a diminuição da renda relativa do setor rural. Isso aumenta a diferença entre os setores aumentando a diferença total. O aumento na desigualdade total reflete-se na ampliação das desigualdades internas de ambos os setores.

4.2.1.3 Década de 1990: Neoliberalismo e Concentração de Renda

Nos anos 90, a economia brasileira foi marcada pela sua adequação ao modelo neoliberal. Dentre as medidas amplamente colocadas em prática pelos governos do período destacam-se: privatização das empresas estatais, abertura da economia e desregulamentação dos mercados.

A abertura comercial no Brasil teve início ainda em 1988 com a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as importações. Esse processo foi intensificado a

partir de 1990 no governo Collor e foi motivado pelo esgotamento do modelo de substituição de importações e pela desregulamentação dos mercados internacionais. A nova Política Industrial e de Comércio Exterior caracterizou-se pelo corte de subsídios, pelo fortalecimento de mecanismos de defesa da concorrência, e pela redução progressiva dos níveis de proteção tarifária (MARQUES, 2000).

O Governo Collor foi precursor das reformas liberais. Estas ganharam mais intensidade no Governo FHC com o Plano Real:

Esse plano não é meramente um programa de estabilização solitário. Na essência, vai muito mais longe, pois se articula a um projeto maior, de redefinição da economia brasileira e de sua inserção na nova (des)ordem internacional, conforme o ideário do Consenso de Washington (FILGUEIRAS, 2000, p. 31).

Os três primeiros anos da década de 1990 foram marcados por uma forte recessão. A queda do PIB em 1990, primeiro ano do Governo Collor, foi de 4,35%. A recessão foi acompanhada por altos índices inflacionários, mostrando a ineficácia do Plano Collor quanto ao objetivo de reduzir a inflação. A situação muda na gestão do presidente Itamar Franco. Em 1993 e 1994 o país apresenta, respectivamente, taxas de crescimento do PIB de 4,01% e 5,90%. A inflação cai abruptamente em agosto de 1994, decorrência do Plano Real, que, no que diz respeito à meta de estabilização da moeda, atinge seu objetivo.

O crescimento econômico médio, ao longo da década, de apenas 1,8% acarretou em conseqüências negativas no mercado de trabalho, uma delas foi o decréscimo dos empregados com carteira assinada associado ao crescimento de empregos informais. Os dados para algumas grandes capitais do país evidenciam esse fato e estão representados no gráfico 5, onde a linha azul corresponde a população ocupada, a linha amarela a população ocupada sem carteira e a linha rosa a população ocupada com carteira. A população ocupada sem carteira assinada nas grandes capitais cresceu aproximadamente 42,6% entre 1990 e 2000, enquanto que a população ocupada com carteira assinada diminuiu 25,8% no mesmo período.

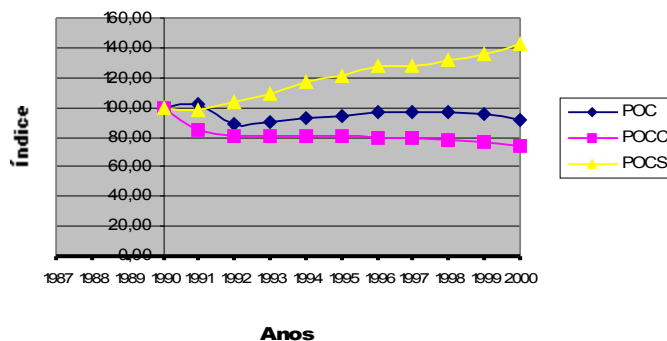


Gráfico 5. Evolução da População Ocupada – Base – 1990 = 100

Fonte: WWW.ipeadata.gov.br

E como se comportou a distribuição de renda no período? A média do coeficiente de Gini na década de 1990 foi de 0,605, contra a média de 0,603 na década de 1980. O gráfico 6 mostra a evolução do coeficiente de Gini durante a década.

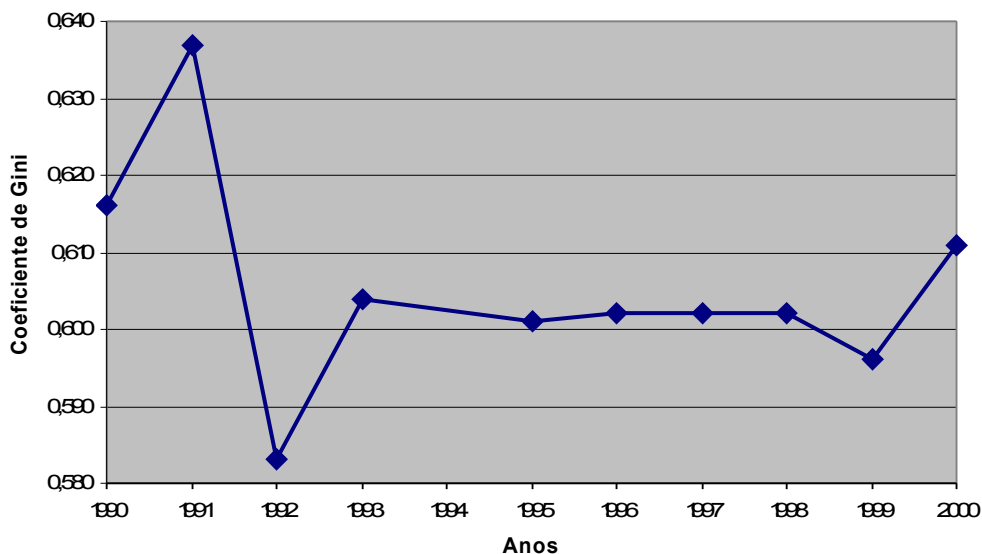


Gráfico 6. Trajetória do Coeficiente de Gini na Década de 90

Fonte: www.ipeadata.gov.br

O coeficiente de Gini cresce de 0,616 em 1990 para 0,637 em 1991, decaindo em 1992 para 0,583, uma queda de aproximadamente 8,5%. A brusca queda da concentração de renda

durante o governo Collor está apresentada no Gráfico 6 ¹⁴. Entre 1993 e 1999 o coeficiente de Gini passa de 0,604 para 0,596 (queda de 1,32%) subindo em 2000 para 0,611.

A queda da desigualdade no início da década foi acompanhada por perdas reais para toda a população, caracterizando a relação entre crescimento e distribuição, no período, como oposta à que ocorreu durante o milagre econômico, quando cresceu a renda e a concentração. Portanto, a melhor distribuição não se traduziu em melhor bem estar para a população do país. Porém, a partir de 1993 a economia volta a crescer, e a estabilização proporcionada pelo plano real permitiu ganhos reais às camadas inferiores da população. Todavia, os ganhos de bem-estar não foram tão elevados como se propagou: a taxa de crescimento entre 1995 e 2000 foi de somente 2,57% e neste período o coeficiente de Gini se mantém estável até 1998, caindo 1% de 1998 para 1999 e subindo 2,5% entre 1999 e 2000. O índice de Gini em 2000 era de 0,611 contra os 0,601 do primeiro ano do Governo FHC ¹⁵.

Tabela 24. Apropriação da Renda nos Setores Urbano e Rural (1991 – 2000)

<i>Quintis da população</i>	<i>Apropriação da Renda (%)</i>		<i>Variação (%)</i>
	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>1991 - 2000</i>
Setor Urbano			
1º Quintil	2,73	3,11	13,92
2º Quintil	5,39	5,94	10,20
3º Quintil	9,41	9,37	-0,43
4º Quintil	17,24	16,22	-5,92
5º Quintil	65,23	65,95	1,10
Diferença entre quintil superior e inferior	62,5	62,84	0,54
Setor Rural			
1º Quintil	4,37	3,52	-19,45
2º Quintil	7,48	8,1	8,29
3º Quintil	10,62	10,79	1,60
4º Quintil	17,24	17,29	0,29
5º Quintil	60,28	60,3	0,03
Diferença entre quintil superior e inferior	55,91	56,78	1,56

Fonte: IBGE, 1991, 2000. Elaboração Própria

No setor rural o primeiro quintil diminui 19,45% sua apropriação de renda entre 1991 e 2000 e o último quintil aumenta apenas 0,03% sua apropriação da renda. Mesmo assim, a

¹⁴ “Este fenômeno foi provocado, essencialmente, pela redução dos diferenciais de salários no segmento formal do mercado de trabalho, induzida pela combinação de ausência de política salarial para as camadas mais favorecidas deste segmento, recessão e reformas estruturais” (URANI, 1993, p. 522).

¹⁵ Em 1994, último ano do Governo Itamar Franco, não foi realizada a pesquisa PNAD na qual baseia-se o cálculo para obter o coeficiente de Gini. Em 1993 o índice de Gini foi de 0,604.

diferença entre os quintis aumenta em 1,56%. O aumento da diferença entre os quintis superior e inferior no setor rural na década de 1980 foi de 11,06%. Já no setor urbano os 40% mais pobres aumentam sua renda significativamente (13,9% o quintil inferior e 10,2% o segundo quintil), enquanto que o terceiro e o quarto quintil perdem renda. O quintil superior aumenta em 1,1% sua cota de renda. A ampliação da diferença entre os quintis superiores e inferiores, de 1980 a 1991, foi de 6,75% para o setor urbano. O mesmo setor, entre 1991 e 2000, apresentou um aumento de apenas 0,54% na diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Ambos os setores apontaram diminuição do ritmo de concentração em relação à década anterior. Apesar do setor urbano ser mais desigual, a concentração vem crescendo num ritmo maior no setor rural. Já o coeficiente de Gini passa de 0,637 em 1991 para 0,611 em 2000, e o coeficiente de Theil passa de 0,672 em 1991 para 0,667 em 2000. Ambos apontam o ano de 2000 com uma concentração de renda menor.

A participação de trabalho de cada setor na PEA, a distribuição pessoal da renda para cada setor medida pela diferença entre os quintis, e a renda relativa de cada setor, – variáveis base para a análise da influência das transformações estruturais sobre a distribuição de renda – podem ser obtidas através de cálculos utilizando os dados fornecidos pelo Censo Demográfico. A tabela 25 destaca as variações entre 1991 e 2000 das mesmas:

Tabela 25. Variação nos Parâmetros Seleccionados (1991 e 2000)

<i>Setor</i>	Variação 1991 - 2000 (%)		
	α	β	τ
Urbano	-3,54	5,29	0,54
Rural	4,44	-22,41	1,56

α = Renda relativa
 β = Fração populacional do grupo
 τ = Diferença entre os quintis superior e inferior

Fonte: Elaboração Própria

Entre 1980 e 1991 a renda relativa do setor urbano decaiu em menor proporção do que a renda relativa do setor rural, enquanto que entre 1991 e 2000 a renda relativa do setor urbano diminuiu e a do setor rural aumentou. Isto significa diminuição da diferença de

produtividade entre os setores. Portanto, as variações nas rendas relativas contribuem para uma redução da desigualdade total, visto que diminui em 3,54% a renda relativa do setor de maior renda e aumenta em 4,44% a renda do setor rural, possuidor de menor renda relativa. Estas mudanças diminuem a diferença na renda entre os dois setores.

Ainda observando a tabela 25, percebe-se tendência a elevação da desigualdade total pelo decréscimo de 22,4% da participação relativa do setor rural acompanhado por crescimento da participação relativa do setor urbano de 5,3%. Este efeito é obtido porque cresce o setor de maior desigualdade e maior renda relativa e decresce o setor de menor desigualdade e menor renda relativa. Assim como a ampliação do setor urbano foi muito inferior às observadas nas décadas anteriores, a elevação das desigualdades internas foi mínima. Isto contribuiu para que o efeito das rendas relativas, de diminuir a desigualdade total, prevalecesse sobre os demais, visto que o coeficiente de Gini e o de Theil apontam para redução da desigualdade entre 1991 e 2000.

Apesar de se constatar uma diminuição na desigualdade ao comparar 1991 e 2000, a média dos índices de desigualdade na década foi superior às médias nas décadas anteriores. Assim, pode-se resumir que a diferença na intensidade da concentração da década de 1990 para as demais é ocasionada principalmente pela diminuição de produtividade do setor urbano em relação ao rural e pela redução da intensidade de crescimento da participação relativa do setor urbano no total da economia – o trabalho urbano cresce 9,62% na década de 1980 e 5,29% na década de 1990, enquanto que o trabalho rural decresce 27,1% na década de 1980 e 22,41% na década de 1990.

4.2.2 A Recente Queda na Desigualdade de Renda: uma Análise com as PNADs 2001 e 2006

O período que se inicia em 2001 tem uma particularidade em relação aos demais no que tange a distribuição de renda no Brasil: a queda contínua e acentuada da desigualdade. Como foi enfatizado anteriormente, diversos autores tentaram explicar esta nova tendência, analisando essencialmente as características e mudanças na oferta de mão-de-obra. Observando o gráfico 7, pode-se constatar como, a partir de 2001, a desigualdade mensurada pelo índice de Gini declina continuamente.

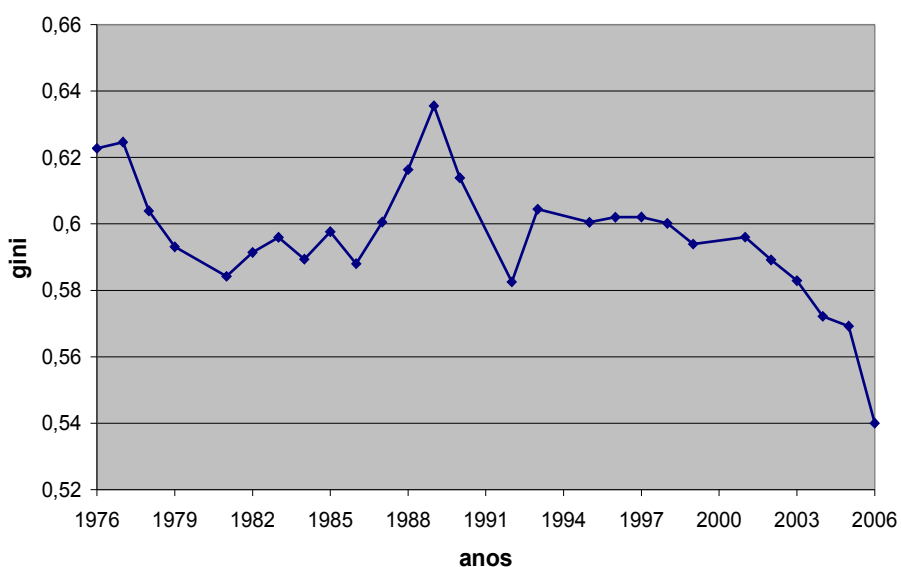


Gráfico 7 Trajetória do Índice de Gini (1976 a 2006)

Obs.: Dados referentes apenas às PNADs. Gini para os anos censitários não constam no gráfico.

Para analisar as causas distributivas neste período da economia brasileira, seguir-se-á a metodologia adotada no estudo com dados censitários para o período 1960 a 2000. Portanto, após uma simples descrição da conjuntura econômica do período, o estudo baseado nas transformações estruturais entre 2001 e 2006¹⁶ será utilizado para a compreensão dos resultados distributivos.

¹⁶ A fim de permitir a comparabilidade dos resultados da PNAD 2006 com a de 2001, excluiu-se da primeira as zonas rurais dos estados da região Norte, visto que as mesmas só passaram a ser pesquisadas a partir de 2004.

4.2.2.1 O Contexto Econômico

O período em análise compreende os dois últimos anos do governo Fernando Henrique e todo primeiro mandato do governo Lula. A tabela abaixo compara taxa de crescimento do PIB, taxa de juros e inflação dos seis anos em questão.

Tabela 26. Índices Macroeconômicos no Brasil, 2001 a 2006

Ano	Variação do PIB (%)	Taxa de Juros *	IGP-DI (variação inflacionária anual, %)
2001	1,3	0,76	10,2
2002	2,7	0,79	27,7
2003	1,1	0,91	6,9
2004	5,7	0,78	11,9
2005	3,2	0,78	1,4
2006	3,8	0,63	3,6

*Obs.: TJLP (média anual da % a.m.)

Fontes: www.ipeadata.gov.br. Elaboração própria.

Os índices expostos acima caracterizam o período como de relativa estabilidade monetária; baixo crescimento com significativa recuperação a partir de 2004 - em parte atribuída ao cenário internacional -; e elevadas taxas de juros de longo prazo – ampliadas no primeiro ano do governo Lula, mas reduzidas aos patamares anteriores a partir de 2004 e com tendência de queda a partir de 2006.

Com uma taxa média de crescimento para o período de 3,0% ao ano, o PIB supera as médias das décadas de 1980 e 1990. Essa pode ser ainda considerada uma baixa taxa se comparada com o crescimento dos principais países latino americanos, porém, com expectativas de elevação, como prevê o Plano de Aceleração do Crescimento. O crescimento econômico nos três últimos anos da análise trouxe mudanças positivas sobre o mercado de trabalho. A figura abaixo expõe as mudanças referentes à posição na ocupação no trabalho principal do ano para pessoas de 10 anos ou mais em 2001 e em 2006.

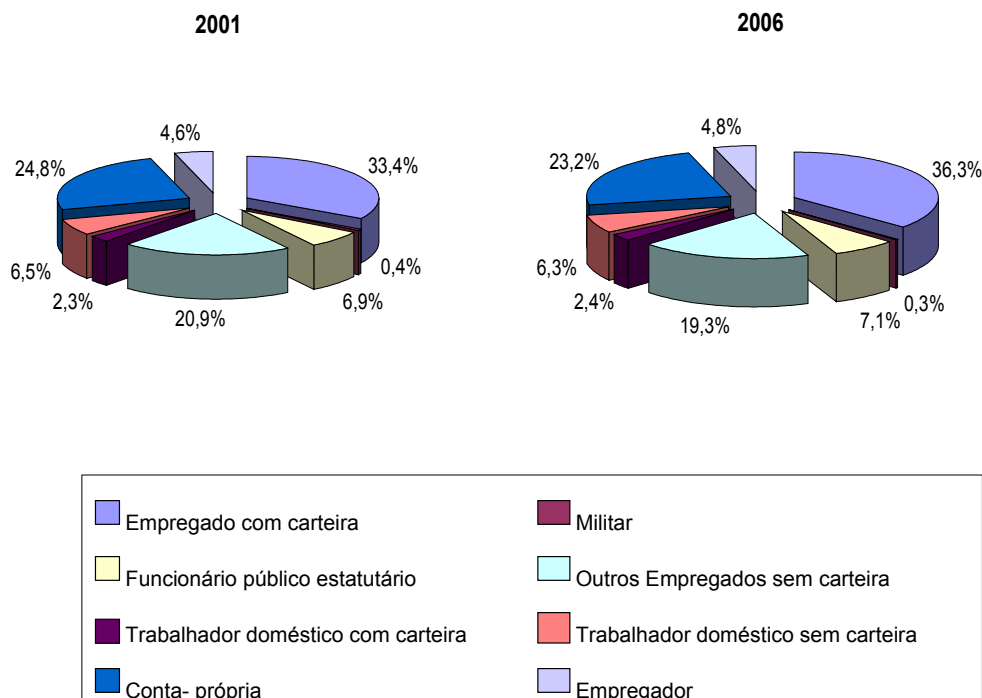


Gráfico 8. Posição na Ocupação no Trabalho Principal (2001 e 2006)

Fonte: IBGE, 2001, 2006. Elaboração própria.

O trabalho com carteira assinada que abrangia 33,4% dos trabalhadores em 2001, passa para 36,3% em 2006. Amplia-se também a categoria dos empregadores e funcionários públicos. Por outro lado diminuem a proporção dos empregados domésticos sem carteira, dos trabalhadores conta-própria e de outros empregados sem carteira. Isso representa elevação da formalidade do trabalho entre 2001 e 2006.

Algumas especulações podem ser mencionadas de como a desigualdade pessoal da renda se reduziu diante deste cenário. Evidente que estabilidade monetária freia o processo de perda real das classes que não têm meios de se proteger do imposto inflacionário. Porém, esse fenômeno desponta ainda em 1994 com o Plano Real. Já o aumento da formalidade, ao garantir ao menos um salário mínimo, tende a aumentar a renda das classes inferiores. No entanto, como foi mostrado na tabela 3, somente a partir do quinto decil populacional a remuneração média atinge o valor de um salário mínimo em 2006. Portanto, os ganhos de rendimento associados à ampliação da formalidade ainda não se traduziram em melhorias distributivas. Já o programa Bolsa Família, ao atingir diretamente o decil menos abastado,

tem um efeito positivo sob a redução das desigualdades. Contudo, este programa iniciou-se em 2003, ao passo que a queda na desigualdade teve início em 2001 – associados a outros programas de transferência pública, o Bolsa Família explicaria 26% da redução das desigualdades entre 2001 e 2004, segundo Cacciamali e Camillo (2007).

4.2.2.2 Análise Distributiva

Como nas análises com dados censitários, a metodologia a ser seguida corresponde a de Langoni (1973). Além do coeficiente de Gini, utilizar-se-á a Variância dos Logaritmos como medida de desigualdade. Para uma população com n indivíduos, onde a renda do i -ésimo indivíduo é dada por X_i ($i = 1, \dots, n$), a variância dos logaritmos, segundo Hoffman (1973), é dada por:

$$V(Z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (Z_i - \bar{Z})^2 \quad (3)$$

onde

$$Z_i = \log X_i$$

e

$$\bar{Z} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n Z_i$$

$V(Z)$ só é definida para $X_i > 0$ ($i = 1, \dots, n$). Sendo X^* a média geométrica dos X_i , tem-se:

$$V(Z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\log \frac{X_i}{X^*} \right)^2 \quad (4)$$

A variância dos logaritmos, ao contrário do índice de Gini, contraria o critério de Pigou-Dalton, o que significa afirmar que quando há transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres, $V(Z)$ aumenta o seu valor. A tabela abaixo apresenta os resultados da estimação da variância dos logaritmos; do índice de Gini, da participação relativa do

trabalho, da renda média e da renda relativa para os setores urbano e rural em 2001 e em 2006.

Tabela 27 Variações Estruturais nos Setores Urbano e Rural (2001 – 2006)

Setor	Participação na PEA (%)		Renda Média (R\$ de 2008)		Renda Relativa		Variância dos Logaritmos		Índice de Gini	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Urbano	86,6	87,7	1157,57	1053,27	1,08	1,07	1,009	0,944	0,562	0,539
Rural	13,4	12,3	501,18	509,11	0,47	0,52	0,912	0,981	0,513	0,501
Total			1069,45	986,52			1,056	0,993	0,568	0,543

Obs.: Valores deflacionados pelo IGP-DI. Levou-se em conta somente pessoas da PEA com rendimento.

Fonte: Cálculos próprios utilizando microdados das PNADs 2001 e 2006.

A população urbana com rendimento passa de 86,6% em 2001 para 87,7% em 2006, por conseguinte a rural passa de 13,4% para 12,3%. A renda média para os trabalhadores do setor rural aumenta, ao passo que a do setor urbano diminui, e o resultado é o encurtamento da diferença entre as rendas relativas. A variância dos logaritmos aponta ampliação da desigualdade no setor urbano e redução da desigualdade no setor rural. O índice de Gini, por sua vez, indica redução da desigualdade em ambos os setores e uma sensível redução da desigualdade total, que passa de 0,568 para 0,543 – o menor índice de todas as PNADs realizadas até então. Quando se considera os Censos Demográficos, a desigualdade em 2006 só não é menor do que a averiguada em 1960. A tabela 28 traz as variações nos parâmetros selecionados.

Tabela 28. Variações nos Parâmetros Selecionados (2001 – 2006)

Setor	Variação 2001-2006 (%)		
	α	β	ϕ
Urbano	-1,36%	1,27%	-4,15%
Rural	10,12%	-8,21%	-2,40%

α = Renda relativa

β = Fração populacional do grupo

ϕ = Coeficiente de Gini

Fonte: Elaboração Própria

Ao observar a tabela 27 verifica-se que o setor urbano possui a maior renda média, maior renda relativa em ambos os anos, e também é o mais desigual quando se observa o índice de Gini. Isso implica que ampliação na participação relativa deste setor tem o impacto de ampliar a desigualdade total. O que ocorre é uma ampliação de somente 1,27%. Sobre a

redução na participação relativa do setor rural, dois efeitos ocorrem: um que tende a reduzir a desigualdade total pelo menor peso do setor de menor renda; e outro que tende a elevar a desigualdade total, exatamente por diminuir a participação do grupo de menor desigualdade. Viu-se que a distribuição de renda tornou-se mais equânime, logo, pode-se afirmar que o efeito concentrador das mudanças na composição da PEA não exerce grande importância sobre a variação de Gini no período.

Já as rendas relativas atuam de forma a reduzir a desigualdade total. O setor de maior renda, o urbano, tem sua renda relativa reduzida em 1,36%, ao passo que a renda relativa do setor rural cresce mais de 10%, elevando o rendimento do setor menos abastado. Os índices de Gini internos dos setores reduzem-se, sendo que a desigualdade no setor urbano cai com mais intensidade.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade na distribuição de renda, verificada no Brasil entre 1960 e 2000, é crescente no período, porém seu ritmo de ampliação decresce junto com a diminuição do ritmo de crescimento econômico. A redução do ritmo de desenvolvimento econômico é, segundo Kuznets (1955), um fator que freia a ampliação das disparidades de renda. Quando o processo de desenvolvimento atinge um estágio avançado, a distribuição de renda tende a se tornar mais equilibrada. O que se afirma a esta altura é que a redução da desigualdade entre 2001 e 2006 tem influência direta com o esfriamento do processo de desenvolvimento econômico. Essa hipótese é reforçada quando se observa a participação do trabalho urbano e rural no total da PEA: o setor rural decresce 35% na década de 1970, 27% na década de 1980, 22% na década de 1990 e 8% entre 2001 e 2006; uma clara perda de ritmo que pode ser constatada também no crescimento da participação do setor urbano, cujo crescimento foi de 23% na década de 1970, depois esfria para 9,6% na década de 1980, decai 5,3% na década de 1990 e apenas 1,3% no último período.

De fato, quando se compara o crescimento década a década dos valores médios do coeficiente de Gini, constata-se que a concentração vai diminuindo sua intensidade ao

longo das décadas. Assim, a média de Gini para década de 1970 cresceu 12,6% em relação a média da década de 1960. Por sua vez, a média de Gini para a década de 1980 cresceu apenas 0,8% em relação a média da década de 1970. O crescimento da média de Gini da década de 1990 em relação a média de Gini da década de 1980 foi de somente 0,3%. Este resultado está associado à queda da intensidade do ritmo do desenvolvimento econômico. As taxas médias de crescimento do PIB para as décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 são, respectivamente, 6,6%; 8,8%; 3% e 1,8%.

Atribuir a queda na desigualdade às mudanças trazidas pelo processo de desenvolvimento econômico é uma ruptura com as análises de curto prazo comumente verificadas nas discussões contemporâneas. No entanto, para corroborar essa hipótese faz-se ainda necessário testá-la estatisticamente. Este é o objetivo do próximo capítulo.

5 DETERMINANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1976 – 2005)

É um consenso que a desigualdade de renda no Brasil tem raízes ainda no modelo de colonização do país. Apesar da falta de informação a respeito da distribuição de renda para períodos anteriores, pode-se afirmar que a desigualdade de renda sempre caracterizou a sociedade brasileira. O modelo de colonização, o sistema de capitânicas hereditárias, o sistema produtivo e a estrutura escravocrata podem ser considerados as sementes do atual perfil distributivo. Em 1600, um senhor de engenho possuía uma renda anual 27,5 vezes maior que a renda de um assalariado (BUESCO, 1979)¹⁷.

São diversos os fatores que influenciam a distribuição de renda direta ou indiretamente. Como se pôde mencionar na análise anterior, mudanças estruturais na economia, quando ela é pensada considerando grandes setores, ou, ao menos, numa visão dualista onde a economia é composta por um setor urbano, industrial, dinâmico e heterogêneo e outro rural, tipicamente agrícola e homogêneo no que diz respeito ao seu mercado de trabalho, provocam variações significativas sobre a distribuição de renda. A distribuição funcional da renda também tem um impacto direto sobre a distribuição pessoal: quando existem altas margens de lucro, em detrimento de apropriação da classe assalariada, aumenta-se a distância entre aqueles que recebem no topo da pirâmide distributiva e aqueles cuja fonte de renda é o salário. Os elevados ganhos no Brasil, a qualidade do capital humano, o alto índice de desemprego que mantém em baixa o nível salarial, dentre outros fatores, contribuem para a alta desigualdade na distribuição de renda brasileira. Pode-se então, dividir os fenômenos que impactam a distribuição de renda em dois grupos: 1) transformações no seio da economia; 2) políticas pontuais ou outros fatores conjunturais.

O objetivo deste capítulo é averiguar a relevância do primeiro fenômeno, aqui mensurado pela participação dos setores no total da PEA, cujos impactos sobre o curso da desigualdade foram especulados no capítulo anterior. Para tanto, utilizar-se-á um modelo econométrico *ad hoc*, baseado em séries temporais, compreendendo o período entre 1976 e 2006.

¹⁷ Cabe ressaltar que os assalariados não constituíam a classe menos abastada. Esta era formada pelos escravos.

5.1 O MODELO ANALÍTICO

Para cumprir o objetivo proposto torna-se necessário utilizar um modelo de estimação para a distribuição pessoal da renda. Com este fim, considerar-se-á o coeficiente de Gini para distribuição pessoal da renda como variável dependente. O modelo a ser estimado corresponde a:

$$\text{Ln}(GINI) = \hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_2 \text{Ln}(URB) + \hat{\beta}_3 \text{Ln}(SMS) + \hat{\beta}_4 \text{Ln}(RIC) + \hat{\mu} \quad (5)$$

Onde URB é a participação na PEA de trabalhadores do setor urbano; SMS é a diferença do rendimento médio da PEA em relação ao salário mínimo¹⁸ e RIC é a taxa de participação na renda dos 1% mais ricos da PEA. O símbolo *Ln* é utilizado para designar logaritmo neperiano. As variáveis explicativas correspondem, portanto, ao logaritmo neperiano de URB, SMS e RIC. Os β s correspondem aos parâmetros associados a tais variáveis e μ representa o termo aleatório. O modelo Log-Log adotado permite, portanto, verificar a variação percentual do índice de Gini para dada variação percentual das variáveis explicativas.

Cabe ressaltar que se intencionou considerar o efeito da qualificação da mão-de-obra, como sugere a teoria do capital humano, sobre a distribuição de renda, porém, não em sua forma comum, mas sim levando em conta também o papel da demanda por mão-de-obra, de forma que duas variáveis poderiam ser incluídas no modelo: uma referente ao desemprego para trabalhadores de baixa qualificação e outra ao desemprego para trabalhadores de alta qualificação. Essas variáveis refletiriam as conseqüências do equilíbrio dos distintos mercados de trabalho sobre a desigualdade de renda, porém a mudança na metodologia da PNAD e do conceito de desemprego não permite a extração dessas variáveis para o conjunto dos anos em questão. Seria interessante testar o efeito dessas variáveis mesmo considerando que redução na taxa de desemprego *per si* não seja suficiente para diminuir

¹⁸ Esta relação comporta-se como um índice de poder do salário mínimo no tempo, tendo como parâmetro o rendimento médio real. Quanto maior a diferença entre ambos, menor o poder distributivo do salário mínimo.

desigualdades de renda ¹⁹. Outra importante variável que se omite do presente modelo é a transferência direta de renda pelo governo. A exclusão dessa variável se dá justamente pela má captação pela pesquisa PNAD de programas dessa natureza quando se trata de dados desde 1976.

A variável URB possui uma relação positiva com GINI, visto que uma maior participação na PEA de trabalhadores do setor mais desigual, o setor urbano, tende a ampliar a desigualdade total. A variável RIC também é relacionada positivamente com GINI, pois reflete o aumento de renda das classes mais ricas. Esta variável foi introduzida como *proxy* de altos rendimentos pessoais provindos de lucros ou remunerações exorbitantes.

A variável SMS mede a diferença entre o rendimento médio e o salário mínimo – que remunera basicamente o quarto e quinto decil na escala distributiva. Quando diminui a diferença entre o rendimento médio da população economicamente ativa e o salário mínimo, espera-se que a desigualdade diminua. SMS se difere das demais variáveis por absorver impactos de políticas salariais e não de mudanças estruturais. Mais precisamente, esta variável aparece como um teste de impacto do salário mínimo sobre a distribuição de renda. A opção pela diferença entre rendimento médio e salário mínimo dá-se pelo efeito dúbio do salário mínimo sobre a distribuição de renda. Considerando que elevações no salário mínimo podem elevar a taxa de desemprego, sua majoração provoca dois efeitos: elevação da remuneração de quem ganha salário mínimo, elevando a massa salarial; e redução de rendimento do decil mais pobre, por elevação da taxa de desemprego. A elasticidade emprego-salário determinará o resultado líquido sobre a massa salarial das classes inferiores. Este argumento, porém, é passível de contestação, dadas as possíveis interações entre salário mínimo e nível de emprego. Cacciamali (2005), por exemplo, mostra que elevações no salário mínimo provocam elevação do salário de reserva dos trabalhadores formais e informais. Os últimos migrariam em busca dos maiores salários do

¹⁹ Em situações de crescimento econômico, se a redução do desemprego não elevar a renda das classes menos favorecidas numa proporção maior do que o crescimento da renda das classes mais abastadas, o efeito líquido será de ampliação das desigualdades. Castro Neto (2007) analisa essa relação: “A taxa de desemprego possui uma relação positiva com a desigualdade (...) no entanto é preciso enfatizar que esta relação não é uma regra geral. (...) Para melhor entender suponha uma situação extrema (porém irreal) onde 100% da população estivesse desempregada. Neste caso teríamos uma perfeita igualdade na distribuição da renda” (CASTRO NETO, 2007. p. 11).

mercado formal e os desempregados do primeiro continuariam disputando seu espaço no mercado mais atrativo. Assim, o emprego no mercado formal aumentaria devido ao deslocamento da curva de oferta, ao passo que a retração de oferta no mercado informal reduziria o emprego neste. Disto conclui-se que o nível de emprego dependeria das curvas de elasticidade da demanda e oferta nos dois mercados. Diante da incerteza do papel do salário mínimo sobre a distribuição de renda, a variável SMS testa o resultado para o caso brasileiro.

5.2 RESULTADOS DA ESTIMAÇÃO

O passo inicial para a estimação da equação (5) é verificar se as séries são estacionárias. Um processo estocástico é dito fracamente estacionário se a sua média e variância são constantes e sua função de autocorrelação depende apenas da defasagem (EHLERS, 2008). Caso as séries não sejam estacionárias de mesma ordem, elas não são co-integradas, o que dá possibilidade de regressão espúria (GUJARATI, 2000).

Aplicando o teste ADF para verificar estacionariedade das séries, verifica-se que Ln(GINI), Ln(URB), Ln(SMS) são I(1), ao passo que Ln(RIC) é I(0). Apesar dos resíduos da estimação de (5) serem I(0), não se pode afirmar que as séries são co-integradas. Para testar tal hipótese, aplicou-se o teste de Johansen para co-integração. A 95% de confiança o teste rejeitou somente a hipótese de não haver nenhuma combinação linear entre as séries, ou seja, rejeitou a possibilidade de nenhuma das séries serem co-integradas. Estimando a equação (5) por MQO tem-se:

Tabela 29. Resultados da Estimação

Variável	Coefficiente	Erro padrão	Estatística t	Prob.
C	0.255113	0.091084	2.800.846	0.0107
LOG(URB)	0.213055	0.049285	4.322.927	0.0003
LOG(RIC)	0.294113	0.028477	1.032.823	0.0000
LOG(SMS)	-0.021247	0.007149	-2.971.956	0.0073

A matriz de correlações para as variáveis explicativas não indica presença de multicolinearidade entre as mesmas. O valor de DW de 1,33 encontra-se na zona de indecisão para presença de autocorrelação, visto que os valores d inferior e superior são 0,906 e 1,409 respectivamente para 0,01 de nível de significância. O teste de White para Homocedasticidade não rejeita a hipótese de presença da mesma. A estatística F aponta influência conjunta significativa das variáveis explicativas sobre a variável dependente. O R^2 ajustado foi de 0,81.

A despeito da constante nos modelos Log-Log ser um estimador viesado, $\hat{\beta}_1$ em (5) foi significativo. O modelo proposto reafirma a influência da participação setorial sobre a distribuição de renda: $\ln(\text{URB})$ é altamente significativo. Este resultado corrobora a hipótese de que no processo de crescimento econômico, o ritmo de urbanização tem impacto direto sobre a variação na desigualdade de renda. O coeficiente de elasticidade que relaciona URB a GINI é 0,213., o que significa que o aumento de 1% na participação na PEA dos trabalhadores do setor urbano provoca um crescimento do índice de Gini de 0,21%.

A variável $\ln(\text{SMS})$ também se mostra estatisticamente significativa. Aumento no salário mínimo, como foi demonstrado, afeta diretamente os decis intermediários da população. O impacto indireto sobre os decis inferiores, constituídos essencialmente por trabalhadores do mercado informal, atuou de forma a concentrar renda. Como SMS mede a diferença entre rendimento médio e salário mínimo, sua relação inversa com o índice de Gini mostra que elevações neste índice provocam diminuição na desigualdade de renda, portanto, elevações no salário mínimo proporcionalmente maiores que o rendimento médio atuam, no caso brasileiro, elevando a desigualdade de renda. Neste sentido, a medida que incrementa em 1% a diferença do rendimento médio da PEA em relação ao salário mínimo, o índice de Gini decresce 0,02%.

A variável $\ln(\text{RIC})$ é altamente significativa, comprovando que elevações nos altos lucros, ganhos exorbitantes e altos salários elevam a desigualdade. Para elevações de 1% na

apropriação de renda dos 1% mais ricos, o índice de Gini eleva-se em aproximadamente 0,29%.

A verificação da significância dos parâmetros do modelo proposto contribui para a análise de determinadas políticas distributivas: 1) a relação negativa da diferença entre salário mínimo e rendimento médio com o índice de desigualdade não sugere que aumentos no salário mínimo podem atuar de maneira a redistribuir renda. Ao ampliar a renda dos decis intermediários da escala de rendimentos, o efeito causado nas classes superiores pela redistribuição da população com rendimento exerce uma influência sobre o índice de desigualdade no sentido de ampliá-lo, mesmo que a renda média das classes mais baixas se eleve, pois o efeito absoluto no topo da escala é mais significativo. Esta relação, no entanto, não pode ser assimilada como uma posição contrária a elevação do salário mínimo. Como se pôde demonstrar, os índices de distribuição não fornecem uma medida perfeita de bem-estar; 2) a forte relação entre altos rendimentos e índice de desigualdade atribui uma importância relevante a modelos progressivos de tributação de rendimento como elemento real de enfrentamento da desigualdade de renda.

6 CONCLUSÃO

As médias decenais entre 1970 e 2000 indicam que a desigualdade aumenta neste período, porém, que existe uma desaceleração no ritmo de concentração da renda pessoal. A trajetória distributiva encontra seu ponto de inflexão entre 2001 e 2006, quando a média do índice de Gini torna-se inferior a das décadas anteriores, mais do que isso, a desigualdade diminui continuamente ano após ano. Langoni (1973) evidenciou que, entre 1960 e 1970, as ampliações do setor urbano em relação ao rural, por conta da maior desigualdade e maior renda no setor urbano, elevaram a desigualdade total. Este efeito continuou ocorrendo nas décadas seguintes, porém a medida que reduzia-se o efeito migratório e a diferença de renda relativa entre os setores urbano e rural, a desigualdade passa a crescer com taxa sucessivamente inferior a do período anterior.

A dinâmica distributiva verificada, e sua relação com as transformações estruturais provindas do crescimento econômico, apontam a não rejeição do modelo de Kuznets (1955) no Brasil para o período observado. Constatou-se que a desigualdade que vinha ascendente desde 1960, tem reduzida sua taxa de crescimento e, em seguida, passa a decrescer. A economia brasileira nestes mais de quarenta anos apresentou um elevado índice de urbanização. É indiscutível a perda de importância do setor agrícola, que nos anos 50 e 60 participava com aproximadamente 50% do valor adicionado ao PIB, e em 2000 este índice era inferior a 8%. Além disto, as hipóteses do modelo de Kuznets mostraram-se presentes no período: o setor urbano apresentou maior produtividade; a renda no setor rural caracteriza-se como mais equânime; a participação relativa do setor urbano cresce com o processo de industrialização.

Constatar que a distribuição de renda no Brasil, mediante as transformações trazidas pelo processo de desenvolvimento econômico, seguiu a tendência formulada por Kuznets (1955), coloca a tendência recente de declínio da desigualdade como decorrente deste fenômeno mais abrangente e de longo prazo. O modelo proposto para testar empiricamente a influência do processo de urbanização sobre a desigualdade de renda mostrou-se satisfatório, comprovando-se a significância estatística deste fenômeno.

Atribuir um considerável peso ao processo de desenvolvimento econômico sobre a trajetória distributiva não significa, sob nenhuma hipótese, ignorar efeitos positivos ou negativos de possíveis políticas governamentais, ou ainda, de cenários macroeconômicos favoráveis ou desfavoráveis. Neste sentido, o modelo econométrico adotado evidenciou uma dependência da variação do índice de Gini das variações do grau de participação de trabalhadores do setor urbano na economia, da diferença entre salário mínimo e rendimento médio e do rendimento dos 1º mais ricos da população. As duas últimas relações, ou seja, da distribuição de renda com o salário mínimo e da distribuição de renda com a *proxy* de altos salários e altos lucros, sugerem que o Estado não deve se abster da questão distributiva, havendo espaço para políticas que afetem diretamente a desigualdade de renda.

Apesar das taxas de crescimento, de industrialização e urbanização, observadas no período analisado, o país não atingiu níveis de desenvolvimento próximos aos dos países do primeiro mundo. Certamente, o perfil distributivo, da renda pessoal e de ativos, contribuiu e ainda contribui para esse atraso. Crescimento econômico e distribuição de renda podem caminhar numa direção que eleve o bem-estar social. Não há razão para negar que melhorias distributivas fomentem o crescimento econômico: o aumento da renda das classes mais pobres, aliado a diminuição da renda dos mais ricos, por uma ótica Keynesiana, estaria privilegiando a parte da população com maior propensão marginal a consumir. Em outras palavras: uma distribuição mais igualitária, *coeteris paribus*, poderia promover crescimento econômico pela ampliação do mercado interno.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, I.; MORRIS, C.. *Economic growth and social equity in developing countries*. California: Stanford University Press, 1973.
- ALESINA, A.; PERROTI, R.. *Income distribution, political instability and investment*. Cambridge: National Bureau of Economic Research (NBER), 1993. Working Paper, n. 4486.
- ANAND ; KANBUR R.. The Kuznets process and the inequality-development relationship. *Journal of Development Economics*, v.40, n.1, p. 25–52, 1993.
- BACHA, E.; TAYLOR, L., Brazilian income distribution in the sixties: facts, model, results and controversy. *Journal of Development Economics*, n.3, 1975.
- BARROS, L.; GOMES, F.. *Desigualdade e desenvolvimento: a hipótese de Kuznets é válida para os municípios brasileiros?* São Paulo: IBMEC, 2007. Work Paper, n. 28
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BUESCU, M.. *Brasil: disparidades de renda no passado*. Rio de Janeiro: Apec, 1979.
- CACCIAMALI, M. C.. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D. ; VASCONCELLOS, M. A. S.(Orgs.). *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CACCIAMALI, M. C.. Pode o salário mínimo balizar a estrutural salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa de salário mínimo. In: BALTAR, A.; DEDECCA, C.; KREIN, R. (Orgs.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2005.
- CACCIAMALI, M. C.; CAMILLO, V. S.. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2004 nas macro-regiões brasileiras: tendência ou fenômeno transitório? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA POLÍTICA, 7, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007.
- CARDOSO, F. H. Prefácio. In: TINELLI, A. C. (Org.) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CASTRO NETO, A. A. de. Impactos de algumas transformações no perfil da população economicamente ativa sobre a distribuição de renda no Brasil (1976 – 2005). In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 10, 2007. Salvador. *Anais*. Salvador: ABET, 2007.
- DEININGER, K.; SQUIRE, L. Crescimento econômico e desigualdade de renda: reexaminando os vínculos. *Finanças e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: FGV, v. 17, n.1, 1997.

EHLERS, R. S. *Análise de séries temporais*. Disponível em < <http://leg.ufpr.br/~ehlers.notas> >. Acesso em: 30 maio 2008.

FILGUEIRAS, L.. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution. *American Economic Review*, v. 67, maio, 1972.

FISHLOW, A.. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Orgs.). *A Controvérsia sobre a distribuição de renda e o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GANDRA, R. M.. *O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Texto para discussão, n. 001.

GUJARATI, D. *Econometria básica*. São Paulo: Makron Books, 2000.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C.. A distribuição de renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 12, n. 2, 1972.

HOFFMANN, R.. *Estatística para economistas*. São Paulo: Pioneira, 1973.

IBGE. Anuários estatísticos 1976 a 2006.

IBGE. Censos demográficos 1960; 1970; 1980; 1991 e 2000.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. 1976 a 2006.

IBGE. Sistema de contas nacionais. 1950 a 2005.

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: Ipea, ago. 2006. *Nota Técnica*.

KUSNETZ, S.. Economic growth and income inequality. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1. 1955.

LANGONI, C. G.. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LIST, J. A. ; GALLET, C. A.. The Kuznets curve: what happens after the inverted-U? *Review of Development Economics*, v. 3, p. 200-206, 1999.

MARQUES, R. M. et al.. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.

MORLEY, S. et al. Evidências sobre o mercado interno de trabalho durante um período de crescimento rápido. *Estudos Econômicos*, v. 7, n.3, p.61-102, 1977.

MOURA, A. P. P. Brasil industrial: do capitalismo retardatário à inserção subordinada no mundo neocolonial. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v.11, n. 3, 2001.

PASSINETI, L.. *Crescimento e distribuição da renda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

RAMOS, L.. Desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil. *Revista de Econometria*, Brasília, v. 10, n. 2. 1990.

RAMOS, L.. *A distribuição de rendimentos no Brasil: 1976/85*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

RANIS G.; STEWART F.; RAMIREZ A. Economic growth and human development. *World Development*, v. 28, n.2, 2000.

SALM, C.. Sobre a recente queda da desigualdade no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G.. (Orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2006.

SERRA, J.. A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. In: TINELLI, A. C.(Org.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOARES, S. S. D. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004*. Brasília: IPEA, 2006. Texto para discussão, n. 1166.

STEWART, F.. *Distribuição de renda e desenvolvimento*. Paper Apresentado na X UNCTAD em Bancoc, Fevereiro de 2000.

TAVARES, M.C. *Características da distribuição de renda no Brasil*. Santiago de Chile: CEPAL/ILPES, 1969.

URANI, A.. Mercado de trabalho e distribuição de renda durante o governo Collor. In: *PERSPECTIVAS da Economia Brasileira – 1994*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v.2.

WORLD BANK. *World development reports. 2006*.